

REUNIÃO DE SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE
(CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE)

--- Aos seis de março de dois mil e dezanove reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas catorze horas e quinze minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, em substituição de Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais:----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), João Inácio da Silva Abreu (PS), João de Meneses da Costa (BE), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PDR), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS), Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Rubina Andreia Silva Abreu (PS), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, Carlos André Camacho Alves, Fábio Dinarte Costa Bastos, Helena Maria Pereira Leal, João Paulo Pereira Marques, José Agostinho de Freitas Baptista, José António de Freitas Rodrigues, José Jorge Andrade Camacho, Luís Miguel Moura de Sousa, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno

Pimenta Camacho e Isabel Cristina Pereira da Costa Rodrigues.-----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- **Grupo Municipal do JPP** – Orlando Manuel Henriques Fernandes.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, do Senhor Vice-presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e dos Senhores Vereadores Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Elias Rodrigues Homem de Gouveia. -----

--- **Deputados ausentes:** Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC e Raquel João Martins da Silva do PPD/PSD. -----

--- **Vereadores ausentes:** Jorge Miguel do Vale Fernandes e Rubina Maria Branco Leal Vargas do PPD/PSD, respetivamente. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão.-----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** requereu à Mesa o acesso ao documento enviado à Empresa Municipal Frente MarFunchal, e a resposta desta, sobre quem lá trabalhava e que cargos ocupavam. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** respondeu que esse documento ainda não foi



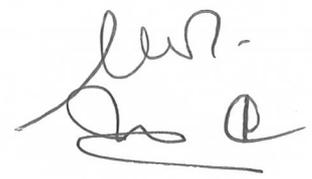
elaborado, depois poderá acedê-lo.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, perguntou se o Senhor Presidente, apontou para os deputados membros daquela Assembleia a dizer que trabalhavam na Frente MarFunchal, sem ter essa informação por escrito. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, clarificou: “Há coisas, como o Senhor Deputado sabe, que são do domínio público, parecendo até que existiam mais pessoas do que aquelas que a Mesa conhecia e que a Mesa se limitou, nos termos da Lei, a levantar uma questão que lhe pareceu ser pertinente que poderia constituir uma incompatibilidade. Há um requerimento subscrito pelo Senhor Deputado Duarte Caldeira em nome do vosso grupo municipal, requerendo que seja pedido um parecer jurídico sobre essa matéria. Eu já tive oportunidade de contactar o Senhor Vice-presidente para melhor me orientar sobre a quem pedir essas informações, essas serão pedidas e a Mesa tem todo o gosto em fornecer cópia desse pedido quando o mesmo existir, agora neste momento a Mesa ainda não elaborou o texto do pedido.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, retorquiu: “Senhor Presidente deduzo que não houve qualquer informação por escrito, foi do domínio público que o Senhor tomou essa decisão, aconselhado não sabemos por que jurista e que fica registado em ata. E que o Senhor Presidente irá atuar da mesma forma com as outras bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia do Funchal, chama a escusa à sua deliberação, quando esta é somente uma que é o direito de cada deputado municipal. O Senhor Presidente usa as escusas para todos os deputados municipais, correto?” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, disse: “Naturalmente que sim, não me parece que haja uma Lei especial para o Grupo Municipal Confiança. Como foi dito na altura trata-se do disposto no Artigo 55º da Lei 75/2013, de 12/09, evidentemente que a Mesa não souber está na consciência dos senhores deputados agirem em conformidade com a Lei,



aliás hoje, o senhor deputado sabe muito bem, voltar-se-á a pôr o problema com a questão do Fiscal Único da Empresa Frente MarFunchal, e o compromisso da Mesa foi, perante o vosso requerimento, que faria o pedido de parecer jurídico em relação a essa matéria. ---- Quanto à questão de sequer lhe passar pela cabeça que a Mesa tendo conhecimento de uma incompatibilidade, seja de quem for, que não o levante é um preconceito, parece-me a mim. De qualquer modo se quiser entregar o seu pedido por escrito, faça o favor.”----- De seguida com o consentimento do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Quatro - Apreciação e votação do Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para empréstimo de apoio à tesouraria durante o ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**: “Continuando a ordem de trabalhos daquela que foi a última sessão de Assembleia, cabe-nos apreciar e votar o empréstimo de curto prazo de apoio à tesouraria que todos os anos fazemos, sendo que no ano passado a exemplo dos três anos anteriores, não foi necessária a sua utilização, sabendo que este é um empréstimo que tem de ser liquidado dentro do exercício, ou seja, caso haja a necessidade de utilizar este empréstimo, terá que ser repagado integralmente até ao final do exercício de 2019. É mais por uma questão de prudência e de cautela, no entanto, há aqui um indicador que eu gostava vos transmitir, que tem a haver com as taxas de juro que conseguimos nestes empréstimos e que tem vindo sistematicamente a baixar, sendo que em 2014 a taxa de juro era de 3,5%, em 2016 era 0,9%, em 2018 foi de 0,63% e este ano é de 0,44%, taxa de juro sempre a baixar demonstrando também desta forma a credibilidade que a Câmara do Funchal, tem recuperado nas instituições financeiras, nomeadamente no que concerne aos créditos, sejam eles de longo prazo que já aqui falamos, seja este de curto prazo com uma taxa de juro a mais baixa que alguma vez a Câmara conseguiu.” -----

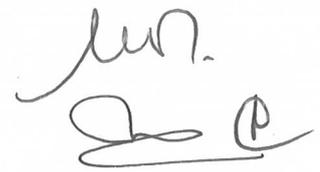
- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação o **Ponto Quatro - Apreciação e votação do Relatório final de análise das propostas das instituições de crédito para empréstimo de apoio à tesouraria durante o ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, foi **aprovado por maioria** com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis votos do GMC, catorze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do JPP e duas abstenções sendo uma do PTP e uma da Coligação Nova Mudança (MPT). --

--- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Cinco - Apreciação e votação da Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente, da Empresa Local SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M., ao abrigo do disposto na al. a) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, o mesmo prescindiu da sua apresentação. -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, fez o seguinte pedido de esclarecimento: “É comum quer a este ponto quer ao ponto seguinte, que tem a haver com facto de neste momento estar a ser trazida a esta Assembleia municipal, uma coisa que já foi deliberada numa Assembleia Geral e com efeitos retroativos a 2018, e já foi inclusive aprovada a nomeação deste Fiscal Único, e tratando-se de um ajuste direto gostaria de entender, porque é que não veio primeiro à Assembleia Municipal e depois então ser aprovado em Assembleia Geral.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, questionou: “Esta minha intervenção vai um pouco na sequência do que se passou no passado dia, e que haverá consequências daí para a frente com as decisões que foram tomadas pela Mesa em duas situações bem distintas e que passo a enquadrar. -----



Relativamente aos impedimentos que nos impediram de intervir num determinado ponto, ponto esse sobre um relatório da Comissão de Revisão do Regimento onde diria no fim: *Por último resta aguardar e confiar que as eventuais lacunas e deficiências associadas a todo o labor produzido, venham a ser colmatadas na fase discussão / argumentação política, que se perfila na primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2019.*-----

Isto foi o que ficou decidido pela Comissão e que não foi permitido esse debate.-----

No ponto 4 do Artigo 61º do Regimento Municipal, diz: *Compete às Comissões apreciar e acompanhar os assuntos da sua constituição, apresentando os respetivos relatórios e pareceres.*-----

Portanto, as Comissões não apresentam dados fechados, apresentam pareceres.-----

Continuando sobre esse ponto, também se formos ao CPA – Código do Procedimento Administrativo, que o Senhor Presidente serviu-se desse Código para determinadas decisões, diz no nº 1 do Artigo 31º: *As deliberações são antecedidas de discussão das respetivas propostas sempre que qualquer membro do órgão colegial nisso mostre interesse e, salvo disposição legal em contrário, são tomadas por votação nominal, devendo votar primeiramente os vogais e, por fim, o presidente.*-----

Isto é para tentar perceber porque é que impediu esta bancada de falar num determinado ponto. A democracia está em risco quando se calam eleitos, e foi o que aqui aconteceu. --

Portanto, o Grupo Municipal Confiança perante o sucedido questiona o Senhor Presidente da Mesa, se teremos que recorrer a Tribunais Administrativos para que seja reposta a legalidade destas Sessões.-----

Esta é uma pergunta importante porque quando se calam eleitos que têm tempo para falar previsto na Lei e no Regimento Municipal, é muito grave para a nossa democracia.-----

Também foram impedidos de votar Deputados Municipais desta bancada, porque o Senhor

Presidente entendeu, pelo que percebi das suas palavras, que estariam impedidos de votar. Já pedimos por escrito um parecer que aguardamos. Caso esse parecer lhe dê razão, questiono nas votações do passado sobre a mesma Empresa Municipal, o que é que vai acontecer? Porque foram feitas votações onde provavelmente estavam pessoas, que segundo as suas palavras, não poderiam votar. Essas votações serão nulas? Vamos ter que as repetir? -----

Pergunto também que decisão a Mesa tomará sobre o Ponto Seis - Apreciação e votação da Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente, da Empresa Local Frente MarFunchal, visto ter tomado uma decisão para uma proposta para o período de antes da ordem do dia, agora que é uma proposta de deliberação apresentada pelo órgão do executivo, se tomar uma decisão contrária, vou achar muito estranho. E indo em concreto a esta questão também quero saber se há alguém que tenha impedimentos sobre o Ponto Cinco - Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente, da Empresa Local SocioHabitaFunchal, porque pode haver alguém com impedimentos, porque podem ser inquilinos desta empresa, eu não sei onde é que vivem os senhores deputados, quero saber se há impedimentos dessas pessoas, se há impedimentos até de familiares de segundo grau que é o que diz a Lei, e portanto a partir do momento que foi tomada determinada decisão, que seja coerente com todos os pontos futuros, porque é isso que esperamos de si que haja coerência. -----

Por isso garanto-lhe que todos os pontos que tenhamos estas suspeitas vamos lhe questionar se consegue garantir que esta Assembleia não há nenhum deputado impedido, e vou lhe dar um exemplo muito simples: quando votarmos as contas na Sessão de abril, há deputados aqui que fazem parte de órgãos sociais de associações que recebem apoios da Câmara, portanto pela sua lógica deduzo que todos esses deputados ficaram impedidos de votar contas, o que é grave porque se calhar vamos ter metade de uma bancada a sair. Mas também na Lei diz que há possibilidades de substituição quando houver impedimentos



e o Senhor Presidente não tentou sequer se havia a possibilidade de haver substituição. Portanto questiono se no ponto que se segue, se consegue garantir que não há nenhum impedimento, seja de qualquer deputado municipal ou de até familiares de segundo grau, que é o que diz a Lei.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, replicou: “Senhor Deputado isso não tem propriamente a ver com o ponto que estava em análise. -----

A Lei como sabe obriga a Mesa, mas também obriga os cidadãos e o próprio cidadão tem obrigação de saber sobre o que está ou não está impedido, a Mesa não pode forma nenhuma saber todas as relações, todas as coisas de todas as pessoas, a Lei também obriga os senhores deputados em função daquilo que exercem ou não exercem. -----

O Senhor Deputado vai me desculpar, mas não vou entrar numa discussão jurídica consigo, até porque nem eu nem V. Exa somos juristas, isso está encaminhado para os seus devidos efeitos, terá as consequências que tiverem que existir, a Mesa como lhe expliquei há dias, tomou essas opções por aqueles fundamentos, ficará registada em ata toda a sua declaração, mas vamos ter de facto de esperar que os juristas se pronunciem. -----

Agora, atenção Senhor Deputado, volto a lembrar que não é só a Mesa que tem que saber a Lei, os Senhores Deputados também têm que saber, portanto se estiverem impedidos, deverão ser os primeiros a pedir escusa.” -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, interveio dizendo: “Sobre esta questão da ética, da deontologia e do regulamento a bancada do CDS sentiu-se visada, porque o Senhor deputado Duarte Caldeira está a visar os grupos municipais que eventualmente apoiaram a tese de que eventualmente existiria alguma ilegalidade na reposição da verdade, que de facto foi dito na Conferência de Líderes. -----

Mas também quero fazer uma questão direta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal



do Funchal e ao Senhor Deputado Duarte Caldeira, as perguntas que os grupos municipais remetem para a Câmara Municipal do Funchal e que o regulamento já vem na sequência do Presidente da Assembleia Municipal cessante, Rodrigo Trancoso, em que por exemplo o Senhor Presidente da Câmara na questão da Frente MarFunchal, nunca respondeu ao último requerimento do grupo municipal do CDS sobre a Frente MarFunchal. -----

Senhor Deputado Duarte Caldeira, gostaria de saber se o Presidente da Câmara do Funchal, está ou não a infringir uma norma regimental.-----

Portanto, quando temos telhados de vidro não vamos apontar para os outros, porque nesta matéria o grupo municipal do CDS, quer para um lado, quer para o outro, de facto aponta as baterias onde tem que apontar. -----

Por isso faço-lhe uma pergunta objetiva, será que não é um exemplo modelar a Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, quando não respondem aos grupos municipais os diversos requerimentos assinados pelo líder desta bancada e que nunca obtivemos resposta. -----

O Regimento é claro e conciso, que determina que o Executivo responda num prazo legal a todos os deputados desta Assembleia Municipal. -----

Portanto Senhor Deputado Duarte Caldeira, gostaria a opinião da sua bancada sobre esta matéria, porque colocou na plenitude da sua palavra todos os deputados municipais desta Casa, eventualmente se o departamento jurídico, apontar o dedo a todos os grupos municipais que foram coniventes, eventualmente vamos ter algumas infrações. -----

Eu também não admito, e se eventualmente existir uma infração do ponto de vista jurídico, gostaria de saber qual é a infração política e jurídica que o Senhor Presidente da Câmara irá ter de não responder aos deputados desta Casa nos cinco anos que esteve nesta Casa.”

--- **O Senhor deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC,** respondeu ao Senhor Deputado Gonçalo

Pimenta dizendo: “Se não vê satisfeitos os seus pedidos, há mecanismos que pode recorrer que obrigue a fazer o que pretende, sobre isso compete-lhe a si fazer o seu trabalho.-----

Mas também vou lhe fazer uma pergunta direta, quando votou sobre a Polícia Municipal, fê-lo enquanto deputado Municipal ou enquanto dirigente da ACIF?”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, não prolongou esta discussão porque a questão não se enquadrava sobre o ponto em discussão.-----

De seguida com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**: “Respondendo à questão pertinente colocada pelo Deputado Orlando Fernandes, de facto a forma como está a ser trabalhada é a forma correta. -----

As empresas municipais têm uma autonomia administrativa e financeira, normalmente os Revisores Oficiais de Contas, têm um trabalho coincidente com o mandato para o qual os Administradores estão investidos e a forma que os Revisores Oficiais de Contas, são escolhidos, são cada empresa decide da forma legal que a Lei lhes confere, e isso está no âmbito da autonomia que estas empresas têm, depois solicitam à Câmara a Assembleia Geral dessas empresas, em que na Empresa SocioHabitaFunchal é a Senhora Vereadora Madalena Nunes e na Empresa Frente MarFunchal é a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, faz homologação desse revisor, posteriormente é submetido e votado na Câmara e posteriormente votado na Assembleia Municipal.-----

Portanto todo o procedimento está a cumprir legalmente aquelas que são as etapas e como referi são opções das suas empresas municipais, escolher ou contratar quem julgam ter as melhores condições para fazer a Revisão Oficial de Contas durante a vigência da Comissão de Serviço do Administrador. -----

Se me permitem, complementando aquilo que foi uma questão colocada pelo Deputado Gonçalo Pimenta, recordo-lhe que eu pessoalmente já lhe entreguei aqui várias informações que foram solicitadas , nomeadamente na área financeira, portanto gostaria



que fosse também referido que sempre que solicitado envio e algumas até acompanhadas de *pens*, e sempre que são solicitados os documentos são entregues no mais curto tempo possível.” -----

- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** questionou: “Por exemplo na ata nº 16-A da SocioHabitaFunchal, que ocorreu a 17 de julho de 2018, já foi nomeado o Fiscal Único. -----

E então agora se esta Assembleia votasse contra a nomeação?” -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara,** clarificou: “Senhor Deputado no ponto anterior acabamos de homologar um empréstimo contraído de 3 milhões de euros, esse empréstimo já foi adjudicado, tem uma entidade financeira que ganhou o concurso. Quem tem a faculdade de homologar, ou não é a Assembleia. -----

A exemplo do que se está a passar com os Fiscais das duas empresas, a empresa tem a autonomia de o nomear, submete à Câmara, a Câmara submete à Assembleia e esta faz a homologação ou se encontrar algum motivo pelo qual não deva considerar esse Fiscal Único, justificadamente votam contra, e votando contra o processo reinicia na Assembleia Geral das duas empresas. O processo é este. -----

Soubemos recentemente de uma situação em que houve compromissos assumidos por esta Câmara, que tiveram reflexos inclusiva de prejuízos de quase 1 milhão de euros, que nem a Câmara, nem a Assembleia votaram. Como pode ver nós aqui estamos a cumprir trazendo à Assembleia e homologar quem de direito tem para o fazer, caso decidam não homologar recomeça o processo e analisaríamos quais é que são os fundamentos para essa não homologação.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** voltou a referir: “Continuo a não entender pelo seguinte facto: é que no fundo neste

momento o Revisor Oficial Único mesmo sem a aprovação da Assembleia Municipal, já está em funções, e ainda por cima estamos a votar uma coisa com efeitos retroativos, segundo aquilo que está no documento.-----

E eu volto a colocar a mesma questão, porque é que este assunto e ainda por cima tratando-se de um ajuste direto, já não veio à Assembleia em sessões anteriores?-----

Eu não estou contra o facto do ajuste direto, contra o concurso, não está em causa isso, o que está em causa é a metodologia de trabalho.”-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara**, retrucou: “Senhor Deputado eu de facto não tenho mais explicações para esclarecer as suas dúvidas. Aquilo que é um facto é que as duas empresas municipais têm autonomia financeira e administrativa, como está plasmado na própria Lei. A Assembleia faz homologação das decisões dessas duas empresas e é isso que nós estamos aqui a votar. Nós não nos estamos a imiscuir na gestão e nas opções tomadas por essas empresas. Até porque os dois fiscais, são os que já transitavam do mandato anterior, não houve alteração, portanto se se mantinham a fazer um bom trabalho, vão continuar a fazê-lo.”-----

--- Depois o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do **Ponto Cinco - Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente, da Empresa Local SocioHabitaFunchal – Empresa Municipal de Habitação, E.M., ao abrigo do disposto na al. a) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por maioria** com vinte votos a favor sendo dezassete votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto contra da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezanove abstenções sendo dezasseis do PPD/PSD, uma do PCP/PEV-CDU, uma do PTP e uma do JPP.-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Seis - Apreciação e votação da Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente, da Empresa Local Frente MarFunchal,**



Gestão e Exploração de espaços Públicos Urbanos do Funchal, E.M., ao abrigo do disposto na al. a) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, alertou os Senhores Deputados para a questão das incompatibilidades. Seguidamente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prescindiu da sua apresentação. -----

--- Não havendo discussão do mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-o à votação, sendo **aprovado por maioria** com dezanove votos a favor sendo dezasseis votos do GMC e três votos do CDS-PP, um voto contra da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezanove abstenções sendo dezasseis do PPD/PSD, uma do PCP/PEV-CDU, uma do PTP e uma do JPP. -----

--- **O Senhor Deputado Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, pediu que fique registado em ata que, embora não tenha votado esteve presente na sala.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, por indicação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** para apresentar o **Ponto Sete - Apreciação e votação da Aprovação da Estratégia Local de Habitação para o Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. h) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que se reproduz: "Analisando os dados que possuímos sobre o Município do Funchal em termos habitacionais, chegamos a algumas conclusões que não são agradáveis: -----

- 67% das famílias vivem com menos de 300€/mês/per capita. Isto é, vivem em situações de exclusão e pobreza, sem conseguirem o acesso a uma habitação condigna; -----
- 56% dos agregados familiares vivem em casas insalubres. -----

Conclusão? 45 anos depois do 25 de Abril e após mais de 40 de autonomia, os Funchalenses continuam a não ver cumprida a CRP. Isto é, ainda não têm direito a uma habitação condigna. -----

Podem diferentes entidades políticas falar em crescimento económico e em desenvolvimento, mas o que é um facto é que temos muita gente no Funchal a viver em condições de exclusão social. E essas condições resultam num problema grave com reflexos na habitação.-----

Desde que entrámos no executivo da Câmara Municipal do Funchal que a habitação tem sido uma das nossas preocupações, com reflexos na nossa ação camarária. -----

Várias questões se colocaram logo de início: -----

- Deveríamos esconder da população em geral o número de pessoas em lista de espera? Quando nos colocassem questões sobre os números, deveríamos ocultar esses dados? -----
- Deveríamos esconder da população os critérios para obtenção de habitação social?
- Deveríamos optar por não receber as pessoas em audiências, tanto na SocioHabitaFunchal como na vereação? Ou deveríamos clarificar esses critérios bem como a posição relativa que as famílias ocupam na lista de espera que é dinâmica, mas orientadora?-----

A nossa resposta foi claramente em prol da transparência, criando: -----

- **Regulamento de atribuição** de habitação social que promoveu a transparência na colocação dos agregados familiares nas casas sob gestão da SocioHabitaFunchal e melhorou a perceção que as pessoas têm dessa atribuição;-----
- **Apoio ao arrendamento** – SMA; -----
- **Apoio à reabilitação de habitação própria** – PRESERVA, sem pactuar com habitações ilegais, mas ajudando nos processos de legalização;-----
- Eliminação de um **problema de saúde pública** – Amianto Zero e apostando na melhoria das habitações municipais que já estão em fim de vida. -----



Conclusão? A nossa política não é a de esconder. Sabemos que reconhecer um problema é dar os primeiros passos para começar a resolvê-lo. Políticas de avestruz, não se compaginam com a nossa maneira de trabalhar. -----

O que fazer para inverter esta situação?-----

Conhecemos a realidade, tínhamos ideias para começar a solucionar faltava financiamento. Urgia, então, construir uma Estratégia Local de Habitação que balizasse e estruturasse os eixos de intervenção nesta área. -----

Aproveitámos a oportunidade que o Governo da República criou com as novas políticas de habitação, tendo em vista os 50 anos do 25 de Abril, como meta a atingir para melhorar as questões habitacionais em todo o país.-----

Promover o investimento e abrir caminho ao financiamento para habitação é o que se pretende com esta Estratégia Local de Habitação, que se constitui como uma ferramenta essencial para esses fins. Entidades privadas e públicas e também particulares pode beneficiar da nossa estratégia. -----

Apresento-vos um trabalho profundo e estruturante que baliza as carências e o trabalho a desenvolver no Município, prevendo intervenções amplas, que cheguem a diversos públicos e necessidades. Podem encontrar caminhos que passam pela:-----

- Reabilitação -----
- Nova construção -----
- Arrendamento -----
- Microcentralidades-----
- Desenvolvimento comunitário e inclusão social -----
- Aquisição de terrenos-----

A nossa preocupação estratégica foi construir um instrumento amplo e aberto para que qualquer entidade, seja ela qual for, se possa enquadrar na ação habitacional a



desenvolver. -----

Na Estratégia Local de Habitação do Funchal é possível identificar a visão que norteia a nossa ação política. **E qual é essa visão?** Apostar na dignidade e na capacitação das pessoas, como forma de as ajudar a libertarem-se da situação em que vivem. Prever a eliminação das habitações em áreas de risco, assim como investir na melhoria da urbanização de áreas de muito densa ocupação habitacional.-----

Conclusão? Para estas propostas estratégicas, é fácil de perceber que a Estratégia Local de Habitação cruza opções estruturantes de outros documentos estratégicos do município, por exemplo o PDM e o programa “Cidade com Vida”, os programas de reabilitação e políticas fiscais, par dos programas de dinamização dos espaços comerciais do centro do Funchal, que funcionarão como motores de alavancagem da reabilitação do centro da cidade. -----

Conhecendo bem a realidade do Funchal, usámos esta ferramenta para que quem queira contribuir para a resolução deste problema, sinta que o seu potencial e intenção de investimento estão enquadrados na nossa Estratégia. -----

Agradecimento – Este documento só foi possível graças ao trabalho rigoroso e exigente de toda a Câmara Municipal do Funchal, nomeadamente da SocioHabitaFunchal (Dra. Graça Correia e Dra. Carla Oliveira), do DOT (Arquiteta Cristina Pereira e sua equipa), do DEC (Dra. Raquel Brazão e sua equipa), do DEQV (Dra. Iolanda Lucas e Dra. Carla Abreu). Trabalhou-se muito intensamente nos últimos meses para a concretização deste estudo estratégico. **Obrigada!** -----

Ter uma casa promove a dignidade, contribui para uma melhor saúde, um melhor acesso ao emprego, uma melhor qualidade de vida. -----

“se a Câmara me desse uma casinha, mesmo que estragada, eu tratava bem dela e conseguia pagar sempre a renda!” -----



“não consigo dormir, pois tenho sempre receio de que o teto nos caia em cima!” -----

São algumas das muitas frases que oiço diariamente e que custam a ouvir. -----

É urgente unirmo-nos para, **juntos**, conseguirmos cumprir a Constituição da República Portuguesa!-----

Contamos com o vosso apoio!” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,**

proferiu: “Em primeiro lugar gostaria de dizer que é fundamental que hoje se olhe para a habitação do Funchal como um problema que existe. Acima de tudo, e aqui confesso que não sendo o maior especialista na matéria, li atentamente este relatório e naturalmente que aqui coloco questões sobre aquilo que se pode fazer e que se pode melhorar, porque o que interessa é melhorar a vida de todos os funchalenses.-----

Em primeiro lugar aquilo que eu gostaria de dizer é que a bancada do PSD acredita que as pessoas no exercício das suas funções, tomam sempre aquelas que são as melhores opções, naturalmente sendo nós ou a estar no Poder. Podemos criticar, podemos discordar, mas acreditamos piamente que as pessoas assumem aquilo que consideram ser a melhor opção. -----

A política é feita de dialética, de oposição e de algumas questões, mas é importante que tenhamos essa consciência de que as pessoas exercem os seus cargos públicos de forma séria e de forma isenta.-----

Portanto para começar sobre o que li no Relatório apresentado por esta Câmara e a quem agradeço a todos os funcionários pelo trabalho excepcional que fizeram, na página três diz-se que os dados eram atualizados mensalmente e que este estudo assentava em três vetores essenciais, a habitação, a social e a económica financeira. E a primeira questão que me saltou foi a de que não havia dados relativamente à situação de emprego, fala-se



na questão dos rendimentos, mas posteriormente não há qualquer indicação, falando no caso dos mais jovens, de que as tipologias T2 e T3 seriam as mais aconselhadas.-----

Gostava também de alertar para outra questão que me parece importante, naturalmente que poderemos discordar, mas gostava de facto de saber se a SocioHabitaFunchal, no caso das atualizações de rendas que de acordo com a Lei têm de ser feitas, se estão a ser feitas conforme o novo regime do arrendamento urbano, ou seja, se há o respeito pela comunicação registada aos inquilinos.-----

Gostaria também de colocar uma outra questão, que já aqui falamos e a Senhora Vereadora na sua intervenção também falou, que é o Subsídio Municipal ao Arrendamento. Naturalmente que nós podemos dizer se a mesma verba for atribuída a mais pessoas a dotação orçamental a atribuir é superior àquela que era atribuída em anos anteriores. Agora aqui a questão que nos preocupa é saber que, atendendo às circunstâncias do mercado e ao aumento dos preços de renda, que seja na habitação social, quer seja na habitação em mercado livre, se este não é rubrica que poderia ou deveria de ser aumentada. Porque nós entendemos que o problema da habitação no Funchal e em outros concelhos, não se cinge essencialmente ao realojamento social, mas sim ao problema de, atendendo hoje às condições remuneratórias fruto de uma economia que cresce, os rendimentos não crescerem ao mesmo nível que aumentam o preço dos parques imobiliários que estão afetos ao mercado de arrendamento.-----

Portanto gostávamos ainda de frisar, que no que diz respeito à habitação, e naturalmente no âmbito de medidas sociais é importante e acredito que todos com essa função, que tiveram e venham a ter se preocupassem que é a questão de falarmos dos projetos. Há aqui a menção de seis projetos essenciais neste Relatório, penso que três tiveram dificuldades de arranque ou tiveram problemas de terreno, agora há uma coisa que eu não me coibo de comentar e de afirmar que é, hoje o que está plasmado neste Relatório



sabemos que a Câmara Municipal procurará destruir 71 fogos no âmbito do Programa Amianto Zero, e construir outros 66 fogos. No tempo em que o PSD liderou esta Vereação, portanto isto é um programa que vem desde 2006, naturalmente que se destruíram alguns, cerca de 8, mas reconstruíram-se 16 fogos.-----

Portanto esta é e foi sempre uma preocupação que nós tivemos e acompanhamos todas aquelas que sejam as estratégias relativamente a esta matéria. -----

É importante que tenhamos ainda a noção do seguinte, no nosso entender quando se falou há pouco dos critérios sociais, financeiros e económicos, acho que é importante que se possa ter aqui uma visão do seguinte, o financiamento, e naturalmente que estou aberto a ouvir o contrário, mas acredito que muita desta estratégia é assente numa questão de procura de financiamento, nomeadamente no Programa Primeiro Direito. Portanto atendendo às fragilidades, que na página se diz que os dados não são os mais fiáveis, mas que não se pode esperar para combater o flagelo da habitação, se isto não ao poderá trazer um problema para a atribuição de fundos e a possibilidade de financiamento, a um parque imobiliário que a Câmara quer desenvolver no Funchal e que legitimamente tem todas as condições para o fazer.-----

Por fim, há aqui duas ideias que eu gostaria de ver aprofundadas que é o Hotel Social. De que forma e em que contexto será desenvolvido e direcionado a que população. -----

E se, por exemplo, em vez de algumas sessões atrás nós tivéssemos abordado a questão da duplicação do IMI para os prédios devolutos, se não seria aconselhável desenvolvermos um projeto de reabilitação, uma vez que o próprio Presidente de Câmara sempre falou na preocupação da reabilitação, e nos 70 milhões de euros que se iam ver nos próximos 15 anos, aquilo que gostava de saber era se não poderíamos chegar e mediante quem tivesse esse interesse num acordo entre a Câmara e alguns privados, e que a reabilitação desses prédios com a ajuda camarária pudessem vir a ter depois lugar como habitação social



durante um determinado tempo. -----

Evidentemente que isto são tudo propostas que podemos questionar, gostar mais ou menos, naturalmente que estou aberto a todo o tipo de esclarecimentos por parte de quem tutela e acima de tudo de quem escrutina, mas é fundamental que respondamos a este desafio sem clubites e sem partidarites, porque o interesse dos funchalenses deve de prevalecer acima de tudo.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista Freitas, do CDS-PP,** disse: “Sobre esta aprovação da estratégia local de habitação para o Município, o grupo municipal do CDS-PP, tem uma questão a colocar. -----

Sabemos que a habitação é um problema antigo e que tem sido uma promessa difícil de resolver e de cumprir, e aquilo que nós pretendemos saber é se este plano que propõe soluções com uma grande amplitude e envolvência social, se irá resolver o problema de habitação dos funchalenses com inscrição feita na SocioHabitaFunchal, inscritos no Programa SMA – Subsidio Municipal ao Arrendamento, diagnosticados no levantamento elaborado no último PDM – Plano Diretor Municipal de 2018. -----

São 3706 famílias que procuram resposta para um problema sério que é a habitação e todos eles merecem a nossa preocupação.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** enunciou: “Neste documento que é aqui apresentado e também de valorizar o extenso trabalho que aqui foi feito pela equipa já identificada pela Senhora Vereadora, e o que está aqui em causa não é a equipa que elabora o documento, mas sim as opções que acabam por ser tomadas pelo executivo, no que diz respeito ao documento identificado. -----

E permitam-me colocar uma questão e fazer uma observação de que este é um problema herdado e que tem vindo a ser agravado, e muitas das vezes e quem ouvia a intervenção anterior, ficava a ideia de que isto era algo que teria surgido agora muito recentemente,

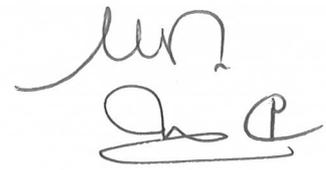


infelizmente o flagelo da habitação tem vindo a ser amplamente denunciado pelos vários quadrantes políticos, e subscrevemos as preocupações que estão a ser colocadas de que o principal é resolver o problema da habitação do Funchal e colocar as questões de partidarites completamente à parte, mas como dizia no diagnóstico que noa é apresentado que depois resulta na chamada estratégia local de habitação, há algumas zonas que nós não as identificamos, por exemplo, gostaríamos de saber se não foram identificadas porque não é assim considerado pelo executivo, como uma zona problemática, nomeadamente no que diz respeito aos bairros urbanos identificam Moinhos e Arrifes e não é identificado São João. Em relação ao chamado Bairro do Leacock, se também não é identificado por algum motivo, da mesma forma que é identificada apenas uma das margens do Matadouro, mas toda a outra parte da margem da Ribeira de João Gomes, não é identificada e todos nós conhecemos, e basta circular naquela zona para ver que algumas das furnas que tinham sido seladas, estão infelizmente novamente a ser reocupadas por algumas pessoas.-----

Como dizia este documento, infelizmente vem confirmar a dramática realidade vivenciada já há muitos nos por milhares de famílias funchalenses, e aqui subscrevemos o direito à habitação é um direito constitucional, e não havendo da parte do Município uma tomada de posição imediata para a resolução deste problema, fica também lançada a questão, tendo em conta uma das intervenções primeira, de protocolo e de compromissos assumidos com outras entidades para que as partidarites tendo que obrigatoriamente ficar à parte, para resolver este problema de habitação, se da parte do executivo também estão a ser desencadeados mecanismos para resolver este problema.”-----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Roberto Paulo Ferreira Vieira**, segundo Secretário da Mesa, pediu a sua substituição para se pronunciar sobre aquele Ponto, sendo substituído pelo Senhor Deputado Rui Carlos Martins Tem-Tem. -----

“Este é um tema que dá votos, prometer habitação dá votos. É uma promessa que se vai



fazendo desde o tempo do PSD e que se arrasta até hoje com a Coligação Confiança. ----
Falou em listas de espera, falou em números, não é novidade nenhuma, todos os partidos aqui presentes sabem os números, sabem que são aos milhares. Depois falou nos critérios, nas audiências e na transparência. Aqui temos que referir que nestes três pontos não tem sido assim tao transparente, tao criterioso e que as audiências venham a servir de alguma coisa para beneficiar as pessoas. -----

Diga a Senhora Vereadora, por exemplo, se não tem conhecimento de T2 atribuídos a agregados familiares de uma pessoa só, se não tem conhecimento da tentativa de atribuir T1 a famílias com um filho. -----

Em relação ao PRESERVA V. Exa fala que foi uma coisa que foi feita para ajudar a população e é verdade e bem, mas diga os números de quantas pessoas beneficiaram deste PRESERVA. Quantos entraves criaram às pessoas e alguns casos atribuídos mesmo com pareceres negativos dos técnicos que trabalham nesta Câmara. -----

Em relação ao SMA – Subsídio Municipal de Arrendamento, V. Exa que diga se não há pessoas a beneficiar do SMA da Câmara Municipal do Funchal e do Apoio ao Arrendamento da Investimentos Habitacionais da Madeira. Em alguns casos pessoas a receber mais do que o valor da renda. -----

Se também o novo PDM – Plano Diretor Municipal, veio ou não prejudicar a maioria das famílias das zonas altas que querem construir casa própria, fazendo com que estes venham também se inscrever na SocioHabitaFunchal para uma habitação social. -----

Neste PDM também há provas concretas com gente a apresentar projetos e que estão a ser negados porque o índice de construção não permite, mas para alguns já permite e aqui é que temos de ver quem foram os prejudicados, foram as pessoas lá de cima das zonas altas que ficaram com os terrenos desvalorizados, com as casas desvalorizadas e com um índice de construção que não podem executar nem fazer a sua própria casa. -----



A Senhora Vereadora falou com tanta sensibilidade, mas onde é que está a sua sensibilidade em relação aos moradores da Penha de França, aqueles que deixaram metidos num bairro cheio de lixo, onde a delinquência persistia todos os dias, o medo, a angústia, mas deixou-os lá, pessoas idosas e não só, destes cujos os maravilhosos critérios não foram atribuídos a essas famílias. -----

Onde é que estava a sua sensibilidade e desta Câmara, quando aumentou rendas dos 30 euros para os 500 euros. Não é para medo às pessoas, não é para afastar da SocioHabitaFunchal, não é para que as pessoas nem sequer querem passar perto da Câmara Municipal.” -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, tentando responder às questões que lhe foram colocadas, começou pelo Senhor Deputado Bruno Melim: “Nós assumimos desde logo que os dados que aqui estão, poderíamos construir uma outra realidade com base em outros dados muito mais completos, mas a pressão do tempo foi a que foi e nós optamos por fazer com os dados que tínhamos e por isso usamos os dados tanto da nossa lista de espera, como os dados que estão na posse do Departamento de Ordenamento do Território e contactamos com o IHRU e este disse-nos que a qualquer momento nós podemos atualizar os dados do diagnóstico e também da estratégia se alguma realidade surgir, por isso descansou-nos e a nossa opção foi avançar. Relativamente ao aumento do valor do Subsidio Municipal do Arrendamento, por enquanto o esforço da Câmara Municipal é tao elevado que por enquanto não o estamos a fazer, até porque o estabelecimento das políticas de habitação a nível regional, tem muito mais a haver com o Governo Regional, não passam todas pelas Câmara Municipais, e por isso é uma preocupação que temos, mas tão cedo com certeza não mexeremos nesse Regulamento. -----

Relativamente ao Amianto Zero e ao Financiamento, esta estratégia tem tudo a haver com



abrir um caminho para o financiamento, e o financiamento para todas as entidades públicas e privadas, mas também as pessoas particulares que o pretendam. Desde que a estratégia seja ampla qualquer pessoa se pode enquadrar no acesso ao financiamento, e a nossa preocupação aqui, e aproveito também para aqui já responder à Senhora deputa Carla Baptista do CDS, não é já dar casas, porque isso é impossível, nós não conseguimos já construir 3706 habitações para chegar a todas as pessoas que estão na nossa lista de espera. Até porque essa é uma responsabilidade que é dos Municípios, mas também é, neste caso, de uma competência a nível regional.-----

Nós temos que ver que contributo podemos dar e neste momento esse é o acesso ao financiamento, hoje em dia o IHRU e o Governo mudou as políticas todas do IHRU, não é possível haver financiamento a ninguém, se não houver uma estratégia de habitação local construída pelos Municípios, e o que nós estamos a fazer é abrir caminho para quem queira investir seja na reabilitação, seja na nova construção, seja no arrendamento e no subarrendamento, pode fazê-lo através da aprovação, desde que exista uma estratégia local de habitação. Essa é a nossa preocupação. -----

É verdade que já foram demolidas 8 casas de amianto, mas nós hoje em dia somos a entidade que mais tem construído nos últimos anos, mas toda a gente fez o que pôde, houve uma altura em que havia muito financiamento. Quando nós entramos nesta Câmara o financiamento deixou de existir a nível do IHRU, e mesmo a Lei de Meios foi uma opção de o Governo Regional não investir esse dinheiro e canalizou todo esse dinheiro o IHRU para apoiar a tragédia do 20 de fevereiro, portanto deixou de haver apoio para a habitação social.-----

Nós optamos por fazer essa escolha intencional a partir do nosso orçamento e de empréstimos. -----

O Hotel Social está previsto para situações de emergência, como para situações, por

exemplo, de famílias de violência doméstica que vêm já saídas de apoios de rede enquanto não encontram uma situação transitória, nós queremos ter uma solução para essas famílias, com qualidade até se reorganizarem e conseguirem ter um trabalho e condições para a sua habitação. -----

Relativamente às questões da Senhora Deputada Carla Baptista, esta estratégia não vai garantir o alojamento de todas as famílias, vai sim abrir o caminho para que queira construir quem queira alugar, quem queira arrendar, quem queira reabilitar consiga de alguma forma ter um caminho com acesso ao financiamento, por isso é que nós nos reunimos com a ACIF, por exemplo, porque as questões são mesmo de financiamento, 28 fogos nos Viveiros custaram-nos praticamente 3 milhões de euros, agora divide 3706 por 28 e veja quantos milhões a Câmara precisaria para arranjar habitação para todas as pessoas. Portanto esta foi a nossa preocupação de ter uma estratégia concluída. -----

Senhora Deputada Herlanda Amado, refere alguns bairros que não estão identificados, tanto a zona dos Frias como São João e toda essa zona, é uma nova ARU que está a ser trabalhada, portanto podem não estar todas devidamente identificadas na estratégia, mas estão todas identificadas nas ARUs que vão ser definidas, assim como a zona do Matadouro. Nós referimos aquela zona do Matadouro porque especificamente já temos um projeto pronto para avançar, mas como as ARUs, tirando uma que é a central, estão todas em fase de aprovação e todas elas incluem essas áreas e esses bairros que mencionou. -

Sobre os protocolos e compromissos com outras entidades, este é um daqueles que tem obrigatoriamente de ser feito em rede, já temos reunido com diferentes entidades e vamos continuar a fazê-lo e vamos depois da estratégia estar aprovada, fazer também divulgação de que tipo de acesso a financiamento é que existe, temos de trabalhar com toda a gente.

Relativamente ao Senhor Deputado Roberto Vieira, eu sei que há T2 atribuído a uma pessoa só, uma das senhoras que saiu do Bairro da Penha de França ficou colocada num



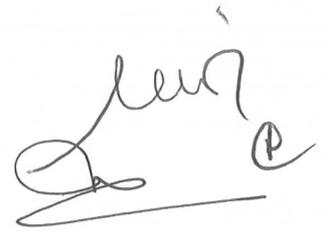
T2 nos Viveiros, porque não havia nenhum T1 livre naquela zona, esta senhora é doente, tem mais de 80 anos e depende da ajuda da filha que mora na zona, portanto a opção da SocioHabitaFunchal, com o meu aval. -----

Também sei que há famílias com um filho que foram colocadas num T1. É um casal com um filho que já tem trabalho e já não morava há muito tempo com os pais no Bairro da Penha de França. Nós fomos nos certificar pessoalmente e junto dos vizinhos e também junto das próprias pessoas, e chegou-se à conclusão que essa família era efetivamente um casal, portanto essa família vai ter direito a um T1 porque é um casal.-----

Sobre os entraves que diz terem sido criados pela Câmara Municipal do Funchal no PRESERVA, digo que não foram criados entraves nenhuns, desde que a casa esteja ilegal não há PRESERVA, o que nós fazemos é ajudar as questões da ilegalidade, quando está em causa uma situação de risco não fazemos como a ASA, não damos tijolos e cimento, não prolongamos uma situação de habitação de risco. -----

Relativamente ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, não sei se há pessoas a beneficiar dos apoios da Câmara e do IHM, porque se eu soubesse esses tinham que ser cancelados e não acredito que os nossos Funcionários o façam, porque eles também são responsabilizados, portanto isso eu repudio. -----

Relativamente aos três casais que ainda moram no Bairro da Penha de França, devo dizer nós convocamos uma reunião no dia 4 de fevereiro com esses três casais idosos, explicando que os T1 para onde vão ainda não estão prontos porque a empresa ainda não fez a manutenção dos mesmos, no entanto mostramos disponibilidade para arranjar outras casas temporariamente, para os retirar dali porque efetivamente o Bairro não está numa situação segura. Esses três casais recusaram a solução transitória que nós lhes trouxemos e disseram que preferiam continuar lá, porque estavam os três juntos e que se apoiavam uns aos outros enquanto não fossem prontos os seus apartamentos. Portanto, recuso o



que o Senhor Deputado mencionou e fica esclarecido em ata também. -----

Sobre a legalidade do aumento das rendas, efetivamente a SocioHabitaFunchal não toma atitudes ilegais, o que toma é muito cuidado com o património que tem e este é muito pouco e a lista de espera como vê é muito grande. Não admitimos que haja pessoas que estejam nas casas sem pagar a renda, damos um prazo e se não pagam começamos a aplicar a renda técnica, por isso é que as rendas de 30 euros para 500 euros que é a renda técnica. Fazemo-lo orgulhosamente porque não é admissível que com tanta gente há espera de casa, temos pessoas que há 12 anos que não pagam a renda, temos pessoas que as rendas eram de 50 cêntimos e não pagavam a renda, lamento, mas nós não compactuamos com este tipo de atitudes.-----

Relativamente se fazemos os comprativos do aumento das rendas, nós fazemos e avisamos toda a gente de que as rendas vão subir, e optamos por aumentar as rendas sociais para a renda mínima, e estamos a avisar atempadamente todos os nossos inquilinos de que as rendas vão subir a partir de março. Não são cartas intimidatórias, explicamos o que é que está em causa, o que é que está previsto na Lei e dizemos que a partir de março de 2019 as rendas vão subir e usam o critério da renda mínima. -----

Relativamente ao PDM, devo dizer que temos tifo um nível muito grande de legalizações precisamente nas zonas altas, e estas tanto que não são esquecidas que as questões das microcentralidades, ou seja, melhorar os acessos dos estacionamento nas zonas altas estamos a faze-los incluídos também na estratégia local de habitação, que é para podermos dar soluções habitacionais às pessoas que poderão ter que sair dessas zonas, para que nós consigamos melhor acessibilidade nas zonas onde vivem.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, questionou: “Senhora Vereadora não posso deixar de referir que,

independentemente das suas justificações, não posso aceitar que atribuir um T2 a uma pessoa só, deixando casais com filhos sem atribuição de habitação, tem de haver outro mecanismo, aqui V. Exa está a proceder mal e a tal transparência está muito fusca. -----

É ou não verdade que o Senhor Presidente disse na comunicação social que as pessoas do Bairro da Penha de França será todas realojadas no Bairro dos Viveiros. E continuam lá três famílias que já tentaram colocar em vários sítios, alguns até sem condições. É verdade que as pessoas não aceitaram, e bem, porque V. Exa sabe que nesta terra as questões transitórias são para sempre. V. Exa também sabe que também houve rendas que foram aumentadas para os 500 euros que foram por represália ou de castigo, por exemplo, uma senhora que usava uma garagem no Canto do Muro para arrumos, aqui volta a haver pouca sensibilidade. -----

Sobre o número de legalizações, diga o número de legalizações e o número de casas que está para legalizar.”-----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, relativamente à atribuição de um T2 a esta senhora idosa e com uma doença bastante grave, não estamos a proceder mal, estamos a proceder muito bem, não há nenhum T1 nem nenhum T0 livre naquela zona e a senhora está muito dependente da filha que mora ali e não tem transporte. Portanto há opções a tomar e foi uma opção que tomamos, está muito clara nesta Assembleia, vai ficar em ata, toda a gente fica a saber e se quisessem saber antes também poderiam ter perguntado. -----

Relativamente às questões de habitação social, como sabem na habitação social um casal não pode ser colocado num T4, é colocado num T1, as colocações são feitas pelo número do agregado familiar e é isso que nós seguimos. Nos Viveiros o projeto que está feito, era um projeto onde só tinha T2 e T3, portanto havia famílias que foram avisadas desde o início que nós tentaríamos encontrar T1 que havia na zona para lá ficarem, e foi isso que nós



fizemos e é isso que esses três casais estão à espera. Um dos casais não vai poder ficar aí porque recusou sempre a solução que lhe demos, e quando recusaram sempre a solução que lhe demos a casa foi ocupada por outras pessoas e agora vai ter que ficar com o que há.-----

Relativamente aos 500 euros e ao castigo, não é castigo nenhum, nós descobrimos na SocioHabitaFunchal que havia pessoas que não moravam nas casas, tinham ido morar para outras e subalugavam a outras pessoas, nós já pusemos as pessoas fora e ficamos com mais uma casa livre. Temos de fazer uma gestão criteriosa do nosso património habitacional social.-----

O caso que V. Exa está a mencionar é de uma senhora que tem várias rendas em atraso de vários anos e quês e recusa a pagá-las, portanto se recusa pagar vai assumir as consequências dessa decisão, portanto neste momento até assinar um acordo de pagamento onde vai pagar a renda mínima que é 30 euros mais uma parte dessa renda mínima, para começar a pagar todo o atrasado que tem, enquanto a senhora não assinar este acordo de pagamento vai continuar a aplicada a renda de 500 euros e a sua dívida está a aumentar mensalmente.-----

É assim que fazemos a gestão na SocioHabitaFunchal, conhecemos os casos e sabemos o que fazemos.”-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara**, também se pronunciou: “Agradeço as palavras da Senhora Vereadora que foi bem explícita naquilo que foram as questões aqui colocadas, e não posso também aqui deixar de me solidarizar com os nossos colaboradores, até porque eu fui o principal instigador da pressa com que nós fizemos esta estratégia local, porque o que está em causa era não só a questão da estratégia e do diagnóstico, porque a verdade é que era maioritariamente conhecido por nós, mas daquilo que é uma necessidade de financiamento.”-----



É preciso dizer que a questão da habitação, e aqui concordo com a não existência da partidarite, é importante e essencial, não só porque está consagrada na nossa constituição, mas que é uma matéria que nós enquanto sociedade democrata e desenvolvida devemos com certeza dar maior atenção.-----

Este é um problema que tem anos, é um problema onde se tem dado passos, no passado foi construída habitação e nós o que estamos a fazê-lo é tentar que num momento particular, como foi este, porque a verdade nós durante este tempo em que estamos há frente dos destinos desta cidade, não tivemos a possibilidade de recorrer a nenhum instrumento financeiro para podermos construir habitação.-----

E como quem está em política tem de tomar opções, a nossa opção foi em primeiro lugar de uma absoluta transparência nos procedimentos. Aquilo que está aqui feito, nós temos um regulamento, mas sabemos que estes casos, por isso é que temos os nossos técnicos e os nossos colaboradores, todas as situações são alvo de uma análise e de um trabalho para aferirmos as necessidades, e estabelecermos decisões numa base comparativa entre as diversas pessoas que têm efetivas necessidades. E a verdade é que as nossas listas de espera, nós não podemos impedir ninguém de se inscrever, podíamos faze-lo com critérios de base a partir dos quais as pessoas se poderiam inscrever ou não, mas não o fazemos. A verdade é que nós temos de ser criteriosos e no que diz respeito às opções aquilo que nós fazemos, foi um regulamento para estabelecer prioridades e esta estratégia é bem clara e nítida quando aponta para 56% das pessoas que estão inscritas, as que têm efetivamente necessidade. Mesmo assim com estes critérios são muitas pessoas que estão a precisar de habitação, é por isso que nós queremos a partir daqui, entrar numa nova fase no que diz respeito à habitação social, só possível com a questão desta estratégia e do consequente financiamento. -----

Até há data a nossa prioridade foi a questão do amianto porque não era possível nós termos



a viver, em habitação social camararia pessoas que viviam em condições piores do que algumas estão inscritas na nossa lista de habitação. E a nossa prioridade foi de saúde e de segurança, e é por isso que nós optamos por na construção de nova habitação, e é preciso dizer que nós somos a única entidade nos últimos anos que construiu nova habitação social, dar prioridade há questão do Amianto Zero e da construção de nova habitação social para a deslocalização das pessoas que viviam nestas casas com esta substancia nociva para a saúde, e agora esperamos ter o financiamento para podermos construir nova habitação para principalmente estes 56% e inverter e diminuir esta lista conjugando com outros programas que temos, sendo certo que este é um problema que demorará anos, mas mais do que isso é nós podermos inverter e começarmos a diminuir as necessidades de habitação no concelho do Funchal.” -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC,** interveio dizendo: “A Estratégia Local de Habitação é um instrumento de trabalho fundamental na medida em que traça o planeamento da Câmara Municipal do Funchal, nomeadamente as prioridades de ação no que diz respeito à habitação da nossa cidade, no sentido de ir ao encontro da nova geração de políticas de habitação criadas pelo atual Governo e que sublinho que subscrevemos. -- Começamos pela nossa realidade. Atualmente o Município do Funchal gere 1230 fogos, temos em espera 3706 candidaturas, em que 67% dos agregados sobrevive com menos de 300 euros por mês, isto significa que é de suma importância planearmos a nossa atuação tendo em conta o que está a ser feito, e principalmente o que fazer a partir daqui e como o fazer.-----

No Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho, e a Portaria 230/2018, de 17 de agosto, que tem a haver com a obtenção de apoios ao Primeiro Direito, o programa de apoio público à



promoção de soluções habitacionais para pessoas com condições habitacionais indignas e sem rendimentos que lhes permitam mudar a sua situação, realçamos os seguintes princípios que estão subjacentes à Estratégia agora apresentada. -----

Princípio da Integração Social: estabelece que deverão ser favorecidas soluções de ocupação dispersa que garanta a diversidade social e que sejam inseridas no tecido urbano. -----

Princípio da Estabilidade: aponta para uma atuação conjugada dos diferentes atores institucionais na facilitação do acesso à habitação, proteção, integração e autonomização das pessoas mais desprotegidas. -----

Princípio da Reabilitação do Edificado: segundo o qual o apoio público deve de privilegiar a disponibilização de habitações, através da reabilitação do edificado como forma de requalificar e revitalizar as cidades, tendo em vista a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos. -----

Princípio da Sustentabilidade Ambiental: segundo o qual as intervenções de reabilitação e de construção, será de adotar equipamentos, tecnologias e / ou processos condecetes a uma utilização racional da energia e da água e a maximização da eficiência no uso das mesmas, no sentido de evitar desperdícios, otimizar os consumos e favorecer a sustentabilidade energética e hídrica. -----

Estas novas gerações de políticas de habitação, prevê que os Municípios apresentem soluções habitacionais diversificadas, pensadas em função das especificidades territoriais e orientadas para um desenvolvimento sustentável do nosso território, tendo como ponto de partida as necessidades e especificidades do Município do Funchal, é o que é apresentado neste documento que prevê medidas de intervenção que vão desde a manutenção e reabilitação do parque habitacional existente, e destacamos o projeto de implementação dos sistemas solares térmicos em todos os empreendimentos, aumentando



exponencialmente a sua eficiência energética, à nova construção em terrenos municipais que estabelece uma estratégia para a reabilitação urbana que traça políticas municipais de incentivo à habitação, através da criação de microcentralidades, de programas municipais de apoio ao arrendamento, à reabilitação urbana, entre outros.-----

Sublinhe-se a aposta no desenvolvimento comunitário e uma aposta clara em políticas de inclusão, uma outra forma de integrar os agregados com menores rendimentos em soluções habitacionais, que não passam por uma espécie de guetização que durante décadas fez escola.-----

Salientamos por isso a implementação de soluções de ocupação dispersa em zonas habitacionais já existentes, sublinhamos as propostas de construção de centros comunitários com a implementação de programas de apoio, de capacitação e enquadramento das populações mais vulneráveis. A este nível lembramos a continuidade de programas fundamentais orientados para a população idosa e em situação de solidão, o subsídio de medicamentos para população mais idosa ou com doenças crónicas, ou os apoios à natalidade e à família e o subsídio municipal ao arrendamento para as famílias carenciadas, entre outros.-----

O diagnóstico traçado neste documento resulta do levantamento levado a cabo junto da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal e Juntas de Freguesia. Sublinhe-se a ausência de resposta por parte da IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, que é só o maior promotor de soluções habitacionais da região Autónoma da Madeira. É de facto uma perplexidade esta recusa de cooperação institucional, um dos requisitos mais básicos para uma Região que se quer democrática.-----

Este documento estabelece também, os requisitos para a sua monitorização e avaliação na medida em que a monitorização do processo, permitirá controlar o registo de todas as



medidas e ações previstas na estratégia e na avaliação regular da execução e dos resultados práticos. De salientar que a estratégia apresenta um cronograma de várias intervenções previstas. De salientar que este instrumento é determinante para a obtenção do financiamento de apoios públicos, por exemplo, a apresentação de candidatura ao Programa Primeiro Direito do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, entre outros, pelo que julgo que os membros desta Câmara estão cientes quanto à importância do documento que hoje analisamos para o Funchal.-----

Por último, este não é um documento fechado, podendo receber contributos sempre que for considerado pertinente e necessário, até em resultado da monitorização e avaliação regular do mesmo, no entanto, este documento hoje apresentado abrange uma grande panóplia de soluções habitacionais distintas e que contribuirão, estamos em crer, para uma diminuição dos problemas no concelho ao nível habitacional e para uma efetiva regeneração urbana de uma cidade como a nossa, sem perder de vista a sua identidade, uma cidade mais inclusiva e mais orientada para a qualidade de vida dos (as) suas habitantes sem exceção.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** proclamou: “Um diagnóstico é sempre fundamental para a cidade do Funchal, até para termos uma ideia, um barómetro de como é que estamos, onde é que estamos e para onde é que nós caminhamos e aí de facto não existe partidos nem ideologias. -----

No entanto a esquerda unida em Lisboa, fala muito sobre a habitação, essas diferentes das Esquerdas da Madeira, porque se o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal e a Senhora Vereadora estiveram atentos, o Líder regional da CDU, Edgar Silva, falou, sublinhou e reiterou que o problema social se agravou no Funchal com o Partido Socialista e com o Paulo Cafôfo. -----



A pergunta que eu faço, ideologicamente as esquerdas unidas em Lisboa, se estão de acordo com esta afirmação do Líder regional da CDU e da sua estrutura regional, em que focam inclusivamente números, que a governação social democrata tinha menos números dependentes de uma primeira habitação ou de habitações sociais deste Executivo passados 4 anos e meio.-----

É uma constatação que focamos na autoestrada socialista que a senhora vereadora focou aqui na sua ótica e bem, na minha ótica não nem tanto, essa designação foi da senhora vereadora não foi minha, e estamos de acordo também do ponto de vista político, que é, estão muito unidos às esquerdas em Lisboa e tanto proclama a constituição da república portuguesa, ora se a proclamam gostaria de saber a sua opinião e do seu candidato a presidente do governo regional, sobre esta matéria, se concorda e se corrobora com as afirmações do líder regional da CDU em que sublinha que o Funchal está pior com a governação do PS da Câmara Municipal do Funchal na área da habitação, e que quando era liderado pelo PSD tinha menos números relativamente à habitação social.-----

Portanto, Senhora Vereadora é uma opção política e nós congratulamo-nos, porque o CDS ao contrário de outras forças políticas apresentou propostas substanciais para que não houvesse o amianto zero, para que pudéssemos recolher de fora para dentro para que esta Câmara executasse, no entanto senhora vereadora estamos a aguardar uma resposta política e não técnica, concorda ou não com a afirmação do líder da estrutura regional da CDU, Edgar Silva, que com esta Câmara e com o Partido Socialista está bem pior do que com a governação anterior do PSD neste executivo municipal, é uma pergunta para a senhora vereadora e para o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** dirigindo à Senhora Vereadora Madalena Nunes disse: “Gostei de ouvir a exatidão com que nos expôs os problemas que dizem respeito à sua vereação, a resposta muito célere e



eficaz aos deputados municipais e V. Exa disse que a Câmara Municipal do Funchal não pode com toda a certeza corresponder às necessidades de habitação social que todos os dias chegam à Câmara e nesse aspeto dou-lhe razão senhora vereadora. E parece que a senhora vereadora é muito exigente na sua vereação e com os serviços e a empresa que tutela, e eu noto que V. Exa está mal alocada na sua vereação pois deveria, por exemplo, ir para a vereação das finanças porque talvez pusesse algum juízo no Senhor Presidente Paulo Cafôfo e do Vice-presidente desta Casa, que estão dispostos a desbaratar dinheiro que se calhar poderiam ser utilizados no seu pelouro para acudir estes números de 3706 de pedidos de habitação social, se houvesse prioridades, porque isto na política e quando se está a governar é uma questão de escolhas, obviamente que o dinheiro dos contribuintes não é de elástico, mas quando se faz boas escolhas, quando se utiliza o dinheiro dos contribuintes de uma forma justa, honesta e eficaz, obviamente que aqueles que efetivamente precisam de apoio social poderão ser salvaguardados em maior número. ---- E o que é que a senhora vereadora acha, por exemplo, da decisão da Câmara Municipal do Funchal em não requalificar a ETAR do Almirante Reis para deslocalizá-la para o Lazareto. Explique quanto milhões de euros é que a Câmara Municipal irá perder e quantos milhões perde o seu pelouro da habitação social em consequência dessa má decisão da Câmara Municipal do Funchal. Portanto, V. Exa tem uma postura rígida e exigente para com os munícipes, para com aqueles que precisam e não tem essa postura rígida e exigente para com os seus colegas da vereação que deveriam de ser mais criteriosos na utilização dos dinheiros públicos. Quantos milhões vamos derramar na ETAR do Lazareto para a construção de uma nova ETAR? Quantas famílias vão ser depauperadas de apoios à habitação para salvaguardar uma exigência que ninguém percebe bem o porquê de ela acontecer. E depois a senhora vereadora vem aqui quase que dar lições de moral aos senhores deputados municipais e aos munícipes, está preocupada com o munícipe que

não paga uma renda de 50 cêntimos e então os seus colegas que desterram milhões do erário público para satisfazer sabe-se lá o quê, portanto essa exigência e essa forma criteriosa com que V. Exa administra o seu pelouro, deveria de certa forma passar aos seus colegas de bancada. O que é que acha?-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Cristina P. C. Rodrigues, do CDS-PP,** questionou à Senhora Vereadora Madalena Nunes:-----

- Quais os critérios utilizados para a criação das microcentralidades?-----

- E ao analisar o Relatório verificou que aquelas não estão assinaladas geograficamente, por isso onde estão? E quais?-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** expressou: “Eu há pouco quando questionei relativamente às rendas sociais, não questionei a questão da celeridade ou da forma atempada, mas sim se a forma legal estava a ser cumprida ao cumprimento do artigo 15º do novo regime do arrendamento urbano sobre as comunicações por via postal registado, porque me chegou uma denúncia e naturalmente que eu quero aqui esclarecer sob pena de as pessoas terem informado mal, mas que segundo sei quando há o incumprimento por parte da renda, há a aplicação de uma renda técnica e a aplicação desta tem critérios específicos atendendo aos rendimentos que as famílias apresentam. E a minha questão aqui foi a de que um munícipe que é inquilino da SocioHabitaFunchal, se tinha lá dirigido no sentido de ver esclarecida a sua situação, mas se ter queixado de que não tinha recebido qualquer comunicação e quando o próprio Administrador que o recebeu lhe disse que tinha optado por essa via e não por uma via de comunicação formal da via postal por uma questão de custos. Eu não sei se é verdade ou não, por isso venho aqui pedir esclarecimento, até porque se assim é grave, porque se estamos a poupar 2 ou 3 mil euros a uma empresa, para comunicar de forma legal e atempada aquilo que por lei é obrigado.-----



Depois uma segunda questão que tem também a haver com a participação do Município do Funchal no âmbito da estratégia regional para a habitação, se mediante os estudos que foram desenvolvidos no âmbito desta proposta de estratégia para habitação local, se a mesma já foi encaminhada para as autoridades regionais que tutelam esta matéria, ou se estão a aguardar a sua aprovação nesta Assembleia. E saber qual o feedback daquilo que foi por vós enviado. -----

Deixar ainda um reparo positivo ao reconhecimento quer a senhora vereador quer ao senhor presidente da Câmara fizeram ao edificado social que herdaram da governação em que o PSD esteve na liderança do executivo.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** manifestou: “Permita-me iniciar a minha intervenção com uma clarificação que quando não existem casos, a bancada do CDS, na pessoa do Senhor deputado Gonçalo Pimenta, tenta criar casos. Apenas para clarificar quando ele colocou a questão das esquerdas unidas, existe uma Coligação Democrata Unitária, que é o PCP, o Partido Ecologista Os Verdes e um Grupo de Independentes, por isso é que existe uma Coligação de Esquerdas. Não existe mais nada. Aquilo que existe no quadro nacional e aqui o CDS tem de ter algum cuidado quando tenta transportar questões nacionais para o quadro regional, porque não se vai usar a expressão popular, *fala o roto para o esfarrapado*. Mas indo ao caso concreto, nós não podemos transformar uma questão tão importante como é a necessidade e o flagelo habitacional, numa questão de partidarite e infelizmente o CDS foge-lhe para a partidarite. -----

De qualquer das formas a questão concreta senhora vereadora, o relatório identifica que existe um conjunto de terrenos propriedade da autarquia, para construção de habitação, nomeadamente um terreno na Nazaré, há algum tempo a atrás tinha sido identificado no Pico das Romeiras que aquele terreno seria da autarquia. Existe ou não condições de



também construir ali habitação e se existem, neste caso, outros terrenos que também possam ser considerados para tentar resolver o flagelo habitacional que os funchalenses infelizmente enfrentam.”-----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC,** fez a seguinte interpelação: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez aberto o precedente que anteriormente fora colocado relativamente a impedimentos, questiono a Mesa se neste ponto da ordem de trabalhos haverá algum deputado municipal impedido de votar?-----

Considerando que V. Exa está a usar o direito de escusa.-----

Considerando que é também do domínio público a existência de deputados municipais do Funchal que são funcionários da Secretaria Regional do Equipamento Social e / ou da Investimentos Habitacionais da Madeira, neste ponto está em causa matéria relativa a habitação social, assim como é do conhecimento público as diferentes visões entre as entidades SocioHabitaFunchal e IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, haverá ou não no seu entender conflito de interesses e / ou impedimentos.”-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** clarificou: “Senhor Deputado a Assembleia Municipal desde logo, não tem qualquer poder decisório sobre o Governo Regional da Madeira nem os seus Institutos, eu sei que há uma senhora deputada que trabalha na IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, mas não vejo em que medida ela fica impedida por essa matéria, porque que eu saiba o Governo Regional não está sob a tutela da Assembleia Municipal.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC,** contestou: “Anteriormente foram impedidos deputados municipais de votar em matérias pelo simples facto de serem funcionários de uma empresa municipal, e V. Exa considerou para isso

impedimento à luz da Lei e etc., aqui está em causa matérias relativamente à habitação social, existem funcionários quer de entidades ligadas ao tecido de habitação social e questiono se existirá ou não conflito de interesses, como na sua opinião existiu relativamente à Empresa Frente MarFunchal.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, disse: “A interpretação não é minha, é da Mesa. No caso que está a usar a Frente MarFunchal é uma Empresa Municipal na dependência desta Assembleia, e eram os funcionários que trabalham na própria empresa que aqui estavam. -----

Aqui não está em discussão a IHM, a Assembleia Municipal não tem tutela sobre a mesma, por isso alguém que a ela possa estar ligada tem qualquer influencia nesta matéria. De qualquer modo, à semelhança do que aconteceu anteriormente fica à consciência dos senhores deputados. Agora a Mesa não vê qual é a relação entre esta Assembleia Municipal e a IHM.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC**, voltou a contestar: “Ou seja, só haverá nesta Assembleia impedimentos daqueles que forem funcionários de empresas municipais, independentemente que tenham ligações diretas a situações que estejam a ser tratadas nesta Assembleia.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, esclareceu: “Senhor Deputado dou-lhe outro exemplo, suponha que vem a esta Assembleia uma proposta de aquisição de serviços de uma empresa do senhor deputado municipal, evidentemente que o senhor deputado municipal não pode participar, porque é uma coisa que está na tutela desta Assembleia. Volto a repetir a IHM não é tutelada por esta Assembleia sob nenhuma das suas formas, por isso não estou a ver qual é a incompatibilidade.” -----

De seguida colocou o **Ponto Sete - Apreciação e votação da Aprovação da Estratégia Local de Habitação para o Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. h) do**



nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, à votação sendo **aprovado por maioria** com vinte e três votos a favor sendo dezoito votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do JPP, dois votos contra sendo um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e quinze abstenções do PPD/PSD. -----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário, Roberto Paulo Ferreira Vieira, voltou a ocupar o seu lugar na Mesa. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** para apresentar o **Ponto Oito - Apreciação e votação da Criação da Comissão Eventual para a Atualização de Rendas Sociais, proposto pelo grupo municipal do CDS-PP, ao abrigo do disposto no art.º 61º do Regimento da Assembleia Municipal**, que se transcreve: “O Grupo Parlamentar do C DS-PP na Assembleia Municipal do Funchal vem apresentar **a proposta de deliberação para a criação da Comissão Eventual para a Atualização de Rendas Sociais**, relativamente às habitações sociais propriedade do Município, em conformidade com o disposto no artigo 61º e seguintes do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, o que o faz nos seguintes termos: -----

Na Assembleia Municipal realizada em 16/11/2018 foi aprovada uma resolução apresentada pela CDU prevendo a imediata suspensão dos processos de atualização das rendas dos moradores residentes no Bairro de Santa Maria, na cidade do Funchal, promovida pela empresa municipal SocioHabitaFunchal, E.M. -----

Pelo exposto, e perante a gravidade das situações reportadas a esta Assembleia, entende o Grupo Parlamentar do CDS-PP que estão reunidos os pressupostos necessários para a existência de uma comissão eventual que venha apurar a veracidade dessas mesmas queixas, bem como, no seguimento, providenciar e diligenciar junto da Câmara Municipal do Funchal, medidas alternativas que vão de encontro à necessidade concertada, quer



desta edilidade, por via da sua empresa municipal, quer de todos os munícipes titulares dos arrendamentos sociais. -----

Entende ainda o Grupo Parlamentar do CDS-PP que a via coerciva, pura e simples, nada ajudará a solucionar um problema social diagnosticado há muito pelos serviços camarários, agravado pelo decurso das crises nacional e regional. -----

Mais se entende que, para além dos representantes municipais de todas as forças políticas, esta comissão deverá ainda cotar com dois representantes da empresa municipal SocioHabitaFunchal (um deles obrigatoriamente o seu Administrador Único), o Vereador responsável pelo pelouro e ainda um representante de cada bairro social do município do Funchal.-----

Deste modo e pelo exposto, o CDS-PP Madeira vem propor que a Assembleia Municipal do Funchal, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do seu Regimento, a criação da Comissão Eventual para a Atualização de rendas Sociais, relativamente às habitações sociais propriedade do Município.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** dirigindo-se ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta transmitiu: “Durante a apresentação da proposta fez alusão à elaboração de um relatório que será depois entregue e posto à consideração da vereação para que o tero do mesmo seja tido em conta para a execução ou não desta atualização das rendas sociais. -----

E era sobre esse relatório que eu gostaria de colocar a seguinte dúvida: esse relatório será antecedido de uma discussão em sede do plenário, ou será só posto à votação como foi o relatório da recente Comissão de alteração ao regimento. -----

Coloco-lhe esta dúvida porque como é do conhecimento de todos a vossa bancada votou



contra que o relatório da Comissão do regimento fosse discutido em sede de plenário, portanto estamos perante uma situação provavelmente similar e a questão que o grupo municipal da Confiança tem de ver devidamente esclarecida, é se esse relatório vai ser alvo de uma discussão em sede de plenário e se é o plenário que vai tomar a decisão última de aprovar ou não esse relatório. -----

Porque desde já digo-lhe em nome do grupo municipal da Confiança que essa questão tem de estar devidamente esclarecida, porque se for para a Comissão fazer um relatório que só será alvo de uma votação que não tenha por base a respetiva apreciação e discussão, no plenário da Assembleia desde já dizemos a Confiança não está disponível para integrar essa Comissão, nem para aprovar o mesmo. -----

Portanto, somos a favor da Comissão se a mesma tiver a incumbência de pôr à consideração da Assembleia Municipal o teor do relatório, portanto em última instância será este plenário que deverá decidir se aprova ou não o teor do relatório. Se é para a comissão criar um relatório para ir diretamente à vereação, passando só por uma votação e não discussão em sede do plenário, impedindo todos os deputados de dar também o seu contributo para o mesmo não contem conosco.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** replicou: “Senhor Deputado Rodrigo Trancoso a al. a) do nº 2 do artigo 25º da Lei 65/2013, referencia que compete a esta Assembleia, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal do Funchal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de qualquer outra entidade que integrem o perímetro da administração local. -----

Perante este facto estou a ser mais do que evidente que quero a discussão de todas as forças políticas nessa Comissão, no sentido de opinar, de construir ideias positivas e no sentido de não andarmos aqui com partidocracias, que isso não nos interessa, portanto queremos é de facto um relatório não vinculativo, porque não temos teor vinculativo, é um



mero relatório indicador que vai sugerir ou não alterações de metodologias de trabalho que essa Comissão eventualmente venha a diagnosticar que sejam pontos fracos. -----
Repito esta Comissão tem os representantes das forças políticas, a mim não me choca se ela virá aqui ou não há discussão, agora acho que estamos a entrar aqui numa questão meramente técnica, agora se está de acordo com a Comissão o que lhe peço é solidariedade no voto e que vote a favor da nossa proposta.”-----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** fez a seguinte intervenção: “A proposta de deliberação aqui apresentada para nós constitui uma amálgama que não se sabe onde é que começa e onde é que acaba. -----

Começa logo pelo seguinte: Proposta de deliberação para a criação da Comissão Eventual para a Atualização de Rendias Sociais. -----

Para nós o que deveria de estar aqui era: Para o acompanhamento da regularização da situação das casas mal atribuídas, por questões de alterações do agregado familiar e todo um conjunto de situações que já estão no respetivo regulamento.-----

Aquilo que está a ser feito pela SocioHabitaFunchal do que é dado a constatar, é simplesmente a aplicação do regulamento, por isso o nome da Comissão não colhe o apoio do JPP.-----

Fala também na resolução da CDU prevendo a imediata suspensão dos processos de atualização das rendas dos moradores, que foi aprovada, aqui gostaria de saber se isto foi ou não executado. -----

Depois mete na Comissão Eventual um conjunto de pessoas e não define se estas pessoas têm ou não voto, se têm ou não voz ativa na mesma. Por isso eu entendo que esta proposta está mal formulada pelo CDS e que necessita de uma urgente clarificação e alteração.” ---

--- **O Senhor deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta**

de Freguesia de São Martinho, do GMC, interveio dizendo: “O grupo municipal Confiança está disponível para contribuir para uma discussão séria sobre esta questão das rendas da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, que é uma empresa municipal e não um serviço municipalizado como disse o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta. -----

Mas há aqui várias questões que têm de ser esclarecidas porque estamos a falar numa Comissão da Assembleia Municipal. Ora, as Comissões de Assembleias Municipais só podem integrar deputados municipais, não é possível de modo algum, integrar na Comissão pessoas estranhas a esta Assembleia, o que não invalida que essa Comissão queira ouvir outras pessoas e aí sim faz todo o sentido que a Comissão chame quem entender, para prestar os esclarecimentos para que a mesma faça uma reflexão mais adequada sobre o assunto. -----

Também, como já referiu o meu colega Rodrigo Trancoso, não aceitamos que o relatório dessa Comissão não seja submetido a esta Assembleia para discussão, para então ser submetido à vereação, porque só assim faz sentido. Porque as Comissões emitem pareceres, não vinculam absolutamente nada, nem impedem o normal funcionamento das instituições e do normal funcionamento da Câmara e das empresas municipais. -----

Portanto, estamos disponíveis, mas que se cumpra com a legalidade das questões levantadas, nomeadamente com quem está assente nessa Comissão e que garantam que o resultado virá a esta Assembleia para ser votado e debatido.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, expressou: “Para o PTP nós temos uma posição um tanto ou quanto ambíguo sobre esta matéria para a atualização das rendas sociais, até porque não gostamos de alinhar em hipocrisias, nós não gostamos de perseguir os munícipes que têm habitação social em busca que eles paguem 50 cêntimos de uma renda em atraso, em detrimento de decisões que são tomadas pela Câmara Municipal do Funchal, que envolvem milhões, que são



desterrados dinheiro dos nosso impostos que os contribuintes pagam com muito custo, em investimentos que nós achamos duvidosos da perspectiva do interesse público.-----

Tivemos dinheiro que foi espatifado em concertos, em propaganda, aliás isso até foi alvo de uma queixa no Ministério Público, exatamente porque os montantes eram excessivos e vimos que esta Câmara tem adotado ao longo dos tempos a postura da política do pão e do circo, aquilo que o PSD fez ao longo de muitos anos para caçar o voto dos mais desavisados.-----

E a Câmara Municipal do Funchal neste momento liderada pelo Partido Socialista, assim que se apanhou no poder tratou de fazer a mesma coisa, por isso é que a senhora vereadora Madalena Nunes fica com esse papel ingrato de andar a perseguir os mais pobres entre os pobres, em busca de 50 cêntimos por mês de uma renda em atraso. -----

Portanto senhores deputados como podemos ver há aqui hipocrisia política que tem de ser desmascarado pelo PTP. -----

Esta proposta do CDS para a criação da comissão eventual para a atualização de rendas, achamos que sim que tem de ser debatido, não é a senhora vereadora Madalena Nunes dizer *eu mando, eu decido, eu faço*. Isto tem de ser feito de uma forma mais democrática e os deputados municipais têm que ter uma palavra a dizer sobre esta matéria, porque é necessária exigência, é necessário critério, mas também é preciso dar o exemplo. Não é a Câmara Municipal do Funchal e os restantes vereadores andarem a desterrar dinheiro em investimentos duvidosos e depois andar-se a perseguir os mais pobres em busca de 50 cêntimos.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** questionou: “O que é que a Deputada Raquel Coelho entende pela defesa que faz, intransigente, desta Comissão?-----



Que ela vai acompanhar ou vai atualizar? -----

Gostaria de saber se uma Comissão Eventual tem a prerrogativa de sobrepor uma coisa que é a administração de uma sociedade de uma empresa municipal, que é a SocioHabitaFunchal, que nos termos daquilo que está definido está a aplicar uma atualização de rendas derivado que a mesma já não era feita vários anos.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, manifestou: “Sobre a intervenção da Senhora Deputada Raquel Coelho, fiquei com a dúvida de o PTP acha legal e correto que as pessoas podem simplesmente deixar de pagar as rendas, por muito baixo que seja o valor e se a SocioHabitaFunchal enquanto senhorio não deve de fazer todos os esforços para recuperar rendas, que são baixas e que as pessoas têm a obrigação de pagar, porque vir buscar outros exemplos não tem nada a haver com esta questão.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, respondendo às questões disse: “Eu tenho que dizer que relativamente a esta proposta do CDS, não me compete a mim defende-la essa é a função do CDS, e até eu acho que neste momento esta não é uma prioridade para a Câmara Municipal do Funchal. -----

Eu acho que não é nós iniciarmos uma ação persecutória sobre aqueles que habitam em casas de habitação social, que de facto deva ser a prioridade política de discussão da Assembleia Municipal, perdoem se o PTP não quer contar para esse expediente. -----

O que nós pretendemos é que as pessoas de facto tenham condições mais dignas para viverem, e que de facto a Câmara Municipal do Funchal possa dar resposta a mais equipamentos para atender às necessidades que existem. Perdoem se eu não quero discutir aumentos de 50 cêntimos, embora nós sabemos que isso tem de acontecer e que temos de atribuir responsabilidades àqueles que utilizam equipamentos municipais, e a habitação social é uma delas. Agora não façam disto um debate de discussão política,

quando não o é, efetivamente a Senhora Vereadora Madalena Nunes tem esta tutela e esta responsabilidade, é a sua tarefa de cobrar 50 cêntimos, 1 euro ou 30 euros. E efetivamente o PTP não está preocupado com isso, está preocupado é, por exemplo, com os milhões que o Senhor Presidente da Câmara derrama no *Diário de Notícias*, no *JM*, numa ETAR desnecessária, essas é que são questões fundamentais para o PTP, não são estas questões de lana caprina. Obviamente que nós não compactuamos com aumentos de rendas de uma forma indiscriminada e desajustada da realidade das pessoas que vivem nas habitações sociais, agora nós achamos e consideramos que existem outros valores mais altos que se levantam.-----

E Senhor Deputado Duarte Caldeira não faça como os fariseus que *engole o camelo e deixa passar o mosquito.*” -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** dirigiu-se ao Senhor Deputado Rodrigo Trancoso dizendo: “Que fique bem claro que a Comissão irá trazer aqui à discussão e à análise um relatório preliminar dessa mesma Comissão, portanto de uma vez por todas não há zonas cinzentas, é tudo transparente como a água. Queremos levar esta Comissão preliminarmente à discussão dos agentes intervenientes, depois haverá um relatório preliminar sem teor vinculativo e virá a esta Assembleia para que todos os deputados municipais possam expressar a sua opinião, possam alterar o que lá está.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** aproveitou a intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Pimenta para lançar o seguinte repto de: -----

- “Alteração ao nome da Comissão Eventual. -----



- Alteração da composição da respetiva Comissão Eventual, retirando todo um conjunto de forças da sociedade que poderão e deverão ser ouvidas, mas que naquela Comissão não terão qualquer participação.-----

Relativamente à apresentação de um relatório final para discussão e aprovação nesta Assembleia, estou totalmente de acordo.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** respondeu: “A nomenclatura para nós é o menos importante o que interessa é de facto o impacto e o estudo sobre esta nuance das rendas sociais e das rendas técnicas e que nós possamos depois trabalhar em prol dessas pessoas, por isso acolhemos o repto e a designação poderá ficar: *Criação da Comissão Eventual para o Estudo da Atualização de Rendas Sociais.*” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** recomendou ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta que terá de fazer chegar essa alteração à Mesa, para que aquele ponto possa ser votado já com essa alteração. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** assentiu que a fará chegar à Mesa.-----

Depois sobre a composição da Comissão disse que: “Foram bem claros no preâmbulo em que era dar a voz às pessoas sem interesse político naquela matéria, se há conflito de interesses entre os inquilinos e o senhorio, que neste caso é a SocioHabitaFunchal, queríamos ouvir pelo menos a Comissão de Moradores que iriam ser chamados um a um. Se V. Exas quiserem também colocar na redação esta matéria o CDS fará essa tipologia que pretendem, que era: ouvir a Comissão de Moradores de cada bairro social.-----

Então farei também essa alteração que entregarei à Mesa da Assembleia.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com o consentimento do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara,** que se pronunciou



dizendo: “Gostaria de referir que sobre esta matéria a Câmara Municipal do Funchal, e uma vez que a criação de comissões está prevista na al. c) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, obviamente que a Câmara não se imiscuirá sobre a decisão que for tomada pela Assembleia, de constituir qualquer comissão dentro daquelas que são as suas atribuições venha a julgar conveniente pela sua criação.” -----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** fez a seguinte interpelação: “Quando o relatório da Comissão for submetido à Assembleia Municipal como é que o mesmo vai ser incluído na ordem de trabalhos? -----
A Mesa vai propor a votação do Relatório, ou vai propor a apreciação e votação do mesmo? Porque apesar da garantia dada pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, não é este que tem a prerrogativa e a incumbência de fazer a ordem de trabalhos desta Assembleia, mas sim à Mesa que cabe essa incumbência.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** respondeu: “Essa questão é pertinente, sendo posto a criação desta Comissão nestes termos, é evidente que for incluída na ordem de trabalhos, será proposta a apreciação e votação do relatório.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** reforçou: “Esta é uma Comissão Eventual e como tal na Assembleia terá de ser sempre discutido o seu Relatório.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC,** replicou: “Eu estive a reler o artigo 61º do Regimento e em nenhum dos pontos aponta para uma discussão obrigatória, nem na Eventual.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia,** sublinhou: “Eu só quis relembrar ao Senhor Deputado Rodrigo Trancoso que a diferença entre esta Comissão e a anterior aquando da alteração do Regimento, foi os termos em que foi proposta.”-----



- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à Votação **as alterações ao Ponto Oito - Apreciação e votação da Criação da Comissão Eventual para a Atualização de Rendias Sociais, proposto pelo grupo municipal do CDS-PP, ao abrigo do disposto no art.º 61º do regimento da Assembleia Municipal**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e nove votos a favor sendo dezoito votos do GMC, quinze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e um voto do JPP, que se discriminam: -----

- **Nomenclatura:** Criação da Comissão Eventual para o Estudo da Atualização de Rendias Sociais.-----

- **Composição:** Representantes municipais de todas as forças políticas integrantes da Assembleia Municipal. -----

- **Audição:** Serão ouvidos, o Administrador da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, a Vereadora responsável pelo pelouro e um representante de cada Bairro Social do Município do Funchal. -----

--- Depois colocou o **Ponto oito - Criação da Comissão Eventual para o Estudo da Atualização de Rendias Sociais, proposto pelo grupo municipal do CDS-PP, ao abrigo do disposto no art.º 61º do regimento da Assembleia Municipal**, à votação sendo **aprovado por maioria** com trinta e nove votos a favor sendo dezassete votos do GMC, quinze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT), um voto do JPP e um voto contra do GMC. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, do GMC**, declarou: "Votei contra esta proposta porque acho que não faz nenhum sentido esta Comissão por causa do valor das rendas, isso são



questões que devem de ser definidas pela SocioHabitaFunchal, e esses valores já deveriam de ter sido alterados anualmente durante os 40 anos que o PSD esteve há frente desta Câmara.-----

Por isso acho uma aberração se votar a criação de uma Comissão por causa de uma alteração da renda.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, para apresentar o **Ponto Nove – Apreciação e votação da Revogação do Projeto Urbano da Área AR1/CE (integrada no Plano de Urbanização de Santa Luzia), ao abrigo do disposto na al. h) e na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**: “Eu penso que o documento que lhes foi entregue está suficientemente claro em relação aos fundamentos desta proposta de deliberação, com vista à Revogação do Projeto Urbano da Área AR1/CE (integrada no Plano de Urbanização de Santa Luzia), é um Plano que tem mais de 10 anos, a evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais é hoje bastante diferente do que aquela que existia há 10 anos atrás.-----

Sobre este Plano dizer que 88% da sua parcela já está executada e sobram apenas 12% de área não construída, portanto já cumpriu o seu propósito. -----

Também dizer que o próprio PDM já prevê a revogação de alguns Planos, nomeadamente o de Santa Luzia, no qual este se encontra integrado. -----

Também existem alguns pedidos nesse sentido por parte de proprietários e achamos que neste momento o PDM é um documento muitíssimo mais atual e que dá todas as garantias da salvaguarda do interesse público e das características urbanísticas que nós queremos para a cidade do Funchal.” -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocação à votação o **Ponto Nove – Revogação do Projeto Urbano da Área AR1/CE (integrada no Plano de Urbanização**



de Santa Luzia), ao abrigo do disposto na al. h) e na al. r) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por maioria com trinta e cinco votos a favor sendo dezoito votos do GMC, treze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do JPP e três votos contra sendo um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e um voto da Coligação Nova Mudança (MPT).-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com o consentimento do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, para apresentar o **Ponto Dez - Apreciação e votação da Estrutura Organizacional do Município do Funchal, ao abrigo da al. m) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**: “Em termos de melhorar a eficácia e a eficiência dos nossos serviços propõem-se algumas alterações orgânicas, a maior das quais é a criação da Águas do Funchal, para melhorar e agilizar vários serviços dentro dessa competência.-----

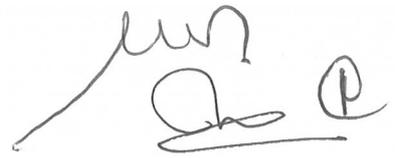
Também como já é do vosso conhecimento as competências do Departamento do Ordenamento do Território, foram alteradas e estão devidamente plasmadas no documento.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, manifestou: “No documento é feita a proposta de autonomizar o setor das Águas e criar exclusivamente um Departamento para a gestão deste serviço. -----

Tendo em conta as infelizes práticas no resto do País, todas as vezes que há uma autonomização dos serviços, perspectiva-se a concessão e a entrega, muitas das vezes a privados a exemplo de outros pontos País, é uma preocupação que gostaríamos de obter uma garantia absoluta a esta mesma autonomização.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, corroborou da preocupação da Senhora Deputada Herlanda Amado, dizendo: “Por outro



lado gostaria de saber qual é o impacto financeiro que estas alterações, principalmente deste novo Departamento, terão nos custos com pessoal da Câmara Municipal do Funchal?”-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara**, começou por responder à Senhora Deputada Herlanda Amado: “Sobre a sua preocupação com a privatização do setor das águas, digo que partilhamos dessa mesma visão de que serviços essenciais devem se manter na esfera do setor público e a água é considerada por lei um bem essencial, que ficará sempre na dependência da Câmara Municipal do Funchal.-----

Infelizmente a Câmara não tem toda a tutela sobre o setor das águas, deveria tê-lo, uma vez que a captação da água em alta que o Município do Funchal tinha e bem um conjunto de nascentes e furos que eram utilizados para adução à rede de água do Funchal, foram retiradas e entregues a outra empresa de âmbito regional. -----

Defendo não só que se deve manter na esfera pública as águas, sejam elas residuais, pluviais ou potável, mas também todo o espetro desde a captação em alta até ao tratamento das águas residuais em alta, devem ficar na dependência da Câmara Municipal do Funchal. Portanto não há qualquer ideia subjacente de privatizar ou que quer que seja, aliás vimos por exemplo a verificar que o Departamento de Ambiente, já são um Departamento há muitos anos e não foi isso que conduziu à sua privatização. O Departamento serve precisamente para dar outra estrutura a uma atividade que representa um dos maiores blocos de investimento que a Câmara Municipal do Funchal tem neste momento, seja em otimização das redes de água potável, seja no projeto de rede de água residual e das suas estações de tratamento. E nesse sentido podem constatar que nesta proposta da orgânica está refletida todas estas preocupações com a otimização destes recursos. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Orlando Fernandes, obviamente que o impacto financeiro numa primeira fase será exclusivamente a diferença entre um vencimento de um



Chefe de Divisão e um vencimento de um Diretor de Departamento. -----

Para já com esta aprovação são esses os encargos adicionais.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dez - Estrutura Organizacional do Município do Funchal, ao abrigo da al. m) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, sendo **aprovado por maioria** com vinte votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do JPP, um voto contra da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezanove abstenções sendo quinze do PPD/PSD, três do CDS-PP e uma do PTP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Onze – Apreciação e votação da Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 1º, 2º e 3º grau, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 29/08**, que prescindiu da sua apresentação. -----

Assim, colocado à votação foi **aprovado por maioria** com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, quinze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU e um voto do JPP, um voto contra da Coligação Nova Mudança (MPT) e uma abstenção do PTP.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com o acordo do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, para se pronunciar sobre o **Ponto Doze - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2018, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**: “Em primeiro lugar eu queria que ficasse em ata que os nossos votos de sucesso para o trabalho da Senhora Dra. Patrícia Carvalho que está no seu primeiro mandato, assim como fiz questão de referir o bom trabalho que a Dra. Ana Paula Lino fez durante os nove anos em que esteve à frente da



Comissão.-----

Porque sabemos que o facto de ela ter sucesso significa que ela conseguiu fazer um bom trabalho de coordenação e em rede com todas as entidades que ajudam a melhorar a qualidade de vida das crianças, dos jovens e das suas famílias e isso é muito importante também para a nossa sociedade futura.-----

Outra coisa que não queria deixar em branco neste relatório, é chamar a atenção para alguns dados que continuam a registar-se nestes relatórios e que são muito preocupantes, na minha ótica, ou seja, a violência doméstica continua a gerar situações de maus tratos generalizados, não só às mães, mas às crianças e aos jovens, o que é uma situação terrível e que nós temos todos temos que ajudar a tentar eliminar, e por isso eu queria que ficasse aqui expresso que a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pode continuar a contar connosco, com o nosso empenho e comprometimento nesta luta.-----

E a outra situação também altamente gravosa e perniciosa é a existência de pornografia infantil e de abusos sexuais, desde a mais tenra idade. Isto é gravíssimo, tem consequências futuras elevadíssimas para a nossa construção como povo e como sociedade.-----

Por isso, queria dizer que podem também contar connosco em tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudarmos a fazer este trabalho em rede.”-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, Dra. Patricia Carvalho**, para apresentar aquele ponto:-----

“Eu presido a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, mas o trabalho é de uma equipa multidisciplinar, temos representantes de várias entidades, seja Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores de Infância, Professores, Enfermeiros, que no fundo enriquece o trabalho que é feito pela Comissão do Funchal. Porque cada entidade



consegue ter um olhar diferente que nos pode às vezes ajudar nas situações das crianças que nos chegam. -----

Na Comissão neste momento temos 6 Técnicos (Professor, Enfermeiro, Educadora de Infância, Assistente Social e Psicólogo), a tempo inteiro a acompanhar as situações das crianças e jovens, numa média de 40 a 50 processos por cada Técnico, o que é muito bom, porque a Comissão do Funchal nesse aspeto evoluiu imenso. -----

É importante realçar que tivemos no ativo 231 processos de crianças e jovens no ano de 2018, no fundo não é o volume processual, esse foi muito superior porque houve situações que nós arquivamos porque verificamos que não era situação de perigo. Porque quando chegam as situações, são sinalizadas pelas entidades ou pelas pessoas, e normalmente só aceitamos as situações quando verificamos que é uma situação de perigo, quando verificamos que não é situação de perigo e que as entidades de primeira linha não tiveram ainda uma intervenção capaz naquela situação, normalmente devolvemos a situação. -----

Mas normalmente as situações que nos chegam são situações preocupantes e destes 231, eu acho que o ano de 2018 em relação ao ano de 2017, as entidades mudaram e as problemáticas mudaram, antigamente havia muitas situações de absentismo, havia algumas situações de negligência, o que no ano de 2018 já não se verificou. -----

O que é que se quer dizer com isto? -----

A entidade sinalizadora continua a ser a Escola, continua a ser o Ministério Público, mas o ano passado tivemos cidadãos a sinalizar num total de 149. São pessoas anónimas, porque nós aceitamos situações seja por telefone, seja presencial, muitas vezes não temos o nome da criança ou jovem, mas pedimos a colaboração da PSP e tentamos chegar para verificar se aquela situação se confirma ou não em situação de perigo. -----

Nesses anónimos temos mãe, pai, familiares e vizinhos num total de 149. Isto para mim é positivo por um lado, porque antigamente as pessoas não sinalizavam por que tinham



receio e o que se verifica é que as pessoas já estão mais atentas para estas situações e predispõe-se em denunciá-las.-----

Depois a nível das problemáticas mais sinalizadas continua a ser a exposição a comportamentos num total de 113, e isso incluiu a violência doméstica, os consumos de álcool, os consumos de estupefacientes, a exposição a situações de saúde mental e isso refere-se a que muitas vezes os pais não estão bem porque estão com depressões, com problemas de saúde graves e às vezes são os pais e as crianças que estão nessas condições.-----

Em segundo lugar foi o assunto de comportamentos que é uma coisa nova, jovens com problemas graves de comportamento ligados a comportamentos de indisciplina, a comportamentos graves, a comportamentos anti sociais, a *bullying*, e a consumos. Sendo a Escola que sinaliza a maior parte destas situações.-----

Em terceiro lugar temos a negligência que envolve imensas coisas, desde a falta de comportamento, falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência a nível psicoafectivo, negligência a nível educativo e a nível de saúde.-----

Estas foram as três sinalizações que detetamos no ano de 2018.-----

Mas não quero deixar de falar nas situações de maus tratos. Maus tratos físicos houve 25, que envolve ofensa física em contexto de violência doméstica e ofensa física por castigo corporal, onde algumas destas situações houve procedimentos de urgência em que tivemos de intervir sem o consentimento dos pais, porque no nosso parecer da Comissão o que interessa é o interesse superior da criança.-----

Também é de realçar que foi criado em 2018 um Plano de Prevenção, uma das ações tem a haver com dos maus tratos na infância, agora vamos entrar em 2019 em que vai dar início o mês da prevenção, o *slogan* do ano passado foi: *Cuidar e Proteger Ajuda-nos a Crescer*, o tema foi: *A Importância dos Afetos*, foi aqui apresentado e trabalhado pelos jovens,



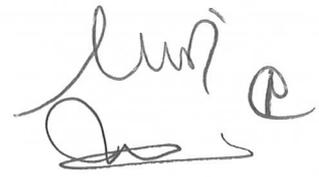
também fomos a duas escolas, a Escola da Nazaré e a Escola de São Filipe.-----

Houve também uma coisa nova que foi o laço humano que foi feito no Parque de Santa Catarina no dia 27 de abril, em que envolveu mais de 200 crianças e a Escola Profissional Cristóvão Colombo, a Escola Profissional Atlântico, a Escola da Cruz de Carvalho, o Liceu Jaime Moniz. -----

Em relação à constituição da Comissão do Funchal, 7 membros pertencem à Comissão Restrita, 1 membro de apoio técnico e 2 elementos de apoio administrativo. Reunimo-nos obrigatoriamente semanalmente para discutir os casos, mas infelizmente temo-nos reunido muitas vezes extraordinariamente e já desde o início deste ano surgiram muitas situações que tivemos de nos reunir mais do que uma vez por semana. Isso preocupa porque o ano está a começar e já começa a surgir situações graves. -----

Acho que houve uma evolução muito grande a nível da Comissão do Funchal desde a primeira vez que estive na Comissão em 2003. Há uma preocupação dos cidadãos em sinalizar as situações, as entidades sinalizam muito mais e preocupam-se com as situações das crianças, e a nossa preocupação na Comissão é o interesse das crianças, lógico que temos de trabalhar as famílias e até a medida que nós temos aplicado muito mais é o apoio junto às famílias, mas muitas vezes não é a solução, muitas vezes temos que avançar logo para o acolhimento residencial e para o acolhimento familiar, e normalmente quando se aplica esta medida temos de ter em atenção os antecedentes, porque se já existe antecedentes daquela criança ou de outros irmãos que já foram sinalizados, nós temos de ter sempre em atenção os antecedentes daquela família para tomar uma decisão. -----

Este ano gostaria de referir que como já disse, vamos entrar no mês da prevenção dos maus tratos, o slogan deste ano será: *Serei o que me deres. Que seja amor*, este ano é falar sobre o amor, porque eu acho que muitas vezes nestas crianças falta afeto, falta carinho e nós quando estamos a atender estas situações deparamos que já deveriam de



ter sido sinalizadas há muito mais tempo, numa primeira infância, porque muitas vezes chegam já com 14 / 15 anos e com comportamentos e tipologias que no fundo nos deixam bastante preocupados, e que nos levam a pensar que continuamos a pensar mais nas famílias do que nas crianças. -----

Eu continuo a achar que primeiro é a criança e o que é o melhor para aquela criança, é normal que nasce numa família e que deve de ter em atenção uma família, mas eu continuo a achar que ainda se pensa muito nas famílias e dá-se-lhes muitas oportunidades, mas o tempo da criança não é o tempo dos adultos, há um timing para as crianças, elas não podem estar eternamente há espera. -----

As crianças precisam de uma família, precisam de carinho e precisam de um afeto e o acolhimento essencial e mesmo o acolhimento familiar, deve de ser o menos tempo possível. Graças a Deus as coisas estão evoluindo e nos casos novos começa-se a ter essa preocupação. Se não se consegue trabalhar mais aquela família e tudo foi feito com aquela, temos de pensar naquela criança e se esta não dá para voltar para aquela família então parte-se para outra família para ela, porque toda a criança quer uma família, não quer estar numa instituição nem quer estar numa família de acolhimento. -----

Por isso é que eu continuo a defender muitas famílias de acolhimento, porque uma criança pequenina precisa de um colo e não é uma instituição com um número de 30 / 40 crianças, que consegue dar atenção a um recém nascido ou a um bebé que chegue e que precisa de um colo e uma atenção, e uma família de acolhimento que tem 3 o máximo 4 crianças consegue fazer esse trabalho. E já houve situações em instituições em que receberam e chegaram a ter em camas de emergência, crianças muito pequeninas e viram-se com muitas dificuldades em conseguirem trabalhar, porque depois existem as crianças de primeira infância dos 5 / 6 anos, que também precisam de uma atenção. -----

Por isso, na minha opinião, as crianças até aos 6 anos devem de estar numa família de

acolhimento, porque é o mais importante enquanto não há condições de voltar para a família de origem, ou a partir dos 7 anos o acolhimento essencial, nós só aceitamos este acolhimento nestas idades quando é por uma questão de segurança, porque muitas vezes aquela criança indo para uma família de acolhimento poderá estar numa situação de perigo, por causa das vivências e dos pais e que poderão pôr em perigo a vida do filho e aí temos de ir para ao colhimento essencial para proteger a criança. -----

Nós temos uma Lei de Proteção de Crianças que já foi melhora e que já foi alterada e cada vez vai se adaptando às circunstâncias e às problemáticas. -----

Considero que a Comissão do Funchal tem menos processos agora comparativamente aos anos anteriores, mas as problemáticas são mais graves o que faz com que o processo de uma criança, ocupe muito mais tempo de um técnico, porque também às vezes não temos resposta para dar a estes jovens, o que nos deixa às vezes com uma certa impotência de qualquer é a melhor solução para aquela criança ou jovem, mas tentamos fazer o nosso melhor com uma boa articulação com as entidades, porque isso é muito importante.-----

A Comissão do Funchal tem uma boa articulação seja com o Ministério Público, seja com as entidades de primeira linha. Estamos sempre disponíveis para tentar encontrar a melhor solução, mas não podemos esquecer que existe uma Lei, que quando a Comissão não tem o consentimento dos pais, quando há situações graves temos de mandar para Tribunal e se for necessário aplicamos um procedimento de urgência. Muitas vezes é o Tribunal que nos pede, porque hoje em dia já se pode apensar os processos ao processo de responsabilidades parentais e processos crimes, e muitas vezes eles pedem-nos para enviar o processo de Comissão de Proteção. Também é importante realçar que essa articulação também é através de ofícios, todas as medidas que são aplicadas no Tribunal são comunicadas ao Ministério Público, exceto o apoio junto aos pais, todas as outras medidas são informadas ao Tribunal e este muitas vezes pede para consulta, muitas vezes



pede-nos informações trimestrais ou semestrais para estar a par da situação, porque o Ministério Público tem este papel de interlocutor e fiscalizador junto das Comissões, no nosso caso é a Dra. Maria Gameiro que nos faz o acompanhamento junto da Comissão. - No fundo temos uma equipa muito mais completa com seis técnicos a tempo inteiro e o nosso trabalho é diário e constante no sentido de melhorar e só melhora através de reuniões, de formação e de boa articulação entre as entidades e o Ministério Público, é fundamental para que consigamos a melhor solução para as crianças.-----

Para terminar, eu defendo a intervenção precoce, quanto mais cedo chegar as situações às Comissões, melhor podemos intervir e isso é também para as entidades quando nos sinalizam. E nós como cidadãos podemos perfeitamente sinalizar a situação, porque as pessoas pensam que não e quando acontece uma situação, seja na via pública, seja num serviço, naquele momento deve de ser chamada a PSP e podem perfeitamente sinalizar a situação, através da linha 144.” -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, expressou em primeiro lugar à Dra. Patrícia: “Os maiores sucessos e lembrar que a Assembleia Municipal detém quatro membros eleitos que fazem parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal. Pena é que outras instituições, como o Ministério Público e outros, que têm também esse direito, raramente compareçam, mas devem de ter as suas razões e por motivos justamente justificáveis. -----

Na minha opinião e da minha bancada municipal, logicamente que a prevenção é fundamental, e a questão não só das idas às escolas, mas de outras iniciativas e outros eventos são de especial importância no papel de prevenção.-----

Aliás a crise económica de uns tempos atrás, e houve a evolução entre 2003 e 2018 sem dúvida alguma, não só das pessoas estarem mais atentas, mas também houve uma

modificação das próprias famílias, há realidades que mudaram de forma vertiginosa de 2003 a 2018.-----

E a crise económica trouxe aqui alguns casos que infelizmente agravaram algumas situações de perigo, não só devido à crise económica dos pais que depois são transportadas para as crianças e para os jovens.-----

Eu também aqui queria fazer um parêntesis, congratular-me de forma muito séria e honesta, com as iniciativas que este Município tem vindo a tomar, que é a distribuição dos manuais escolares, a atribuição de bolsas de estudo, porque todos estes mecanismos são importantes no combate ao insucesso e abandono escolar e fomentando o sucesso escolar. Hoje a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem novas instalações que já vem do mandato de 2013 / 2017, o que é importante porque antigamente as instalações não eram tão centrais e não tinham tão boas condições, felizmente hoje estamos a fazer esse papel evolutivo, nem tudo está feito, há muita coisa por fazer, principalmente nessa área.-----

A minha opinião é idêntica à da Dra. Patrícia sobre a questão da saúde mental, principalmente o alcoolismo e as toxicodependências, mas a saúde mental tem sido um parente pobre, porque se nós formos ver esta é sempre o canto do hospital que é o mais cinzento e que parece que nós temos vergonha, existe esse tabu infelizmente que as questões da saúde mental não são para ser olhadas de frente e ser tratadas.-----

É um processo que cabe a todos nós, sem exceção, de mudança de mentalidades e trabalhar para que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, tenham cada vez mais sucesso no seu trabalho que se quer diário e permanente.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, do PPD/PSD**, exteriorizou: “Dra. Patrícia, o Partido Social Democrata enquanto força política é defensora dos direitos humanos, da igualdade e da liberdade e não poderia deixar de olhar positivamente e de congratular o trabalho honroso da Comissão de Proteção



de Crianças e Jovens do Funchal. -----

Sendo as crianças titulares de cidadania plena, por eles devem efetivamente ser reconhecidos iguais direitos a qualquer pessoa, mas também e acima de tudo os específicos que são resultantes, claro está, da sua condição de criança.-----

Congratula por isso o PSD esta Comissão pelo acompanhamento a tantas crianças e as suas famílias, promovendo sempre o seu superior interesse, naquele que entendemos que é um trabalho multidisciplinar, rigoroso, imparcial e de apoio ímpar ao profícuo desenvolvimento destas crianças e destes jovens.-----

Por isso, damos-lhes os parabéns e que continuem com este trabalho.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** perguntou se as intervenções da Comissão têm vindo a decrescer ou estão a aumentar em relação aos anos anteriores.-----

--- **A Senhora Presidente da CPCJ,** clarificou: “Como eu disse há pouco, se compararmos com os outros anos diminuiu a nível de processos, mas considero que as problemáticas são mais graves. Um jovem que apresenta problemas do foro de saúde mental dá mais trabalho trabalhar estas situações, há muita boa articulação entre as entidades competentes e os técnicos até muito fazem, só que é difícil porque muitas vezes esses jovens se tivessem sido sinalizados mais cedo, seria possível fazer alguma coisa, provavelmente estes jovens estiveram expostos em criança a situações de violência e depois na adolescência começa a criar determinada patologia, e a intervenção já vai ser tardia, vai ter que ser talvez já no âmbito da psiquiatria.-----

Mas baixou porque também as entidades de primeira linha têm um papel fundamental, antigamente mandavam tudo para a Comissão e as pessoas não sabem o papel que as entidades de primeira linha têm, uma escola, uma associação, a segurança social têm um

papel fundamental na intervenção com as crianças e com os jovens e muitas vezes pedimos que haja uma intervenção da parte da primeira linha, e só caso não consigam resolver, aí sinalizar à Comissão e talvez também tenha diminuído o número por causa disso, porque as entidades já se aperceberam do papel que tem no trabalho com as crianças e com os jovens.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista Freitas, do CDS-PP,** disse: “O grupo municipal do CDS-PP também não podia deixar de agradecer a exposição sucinta que fez do relatório. -----

E pegando nas suas palavras em que o número de casos tem vindo a diminuir, mas que os que existem têm patologias mais graves, eu pergunto se existe na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, um número suficiente de técnicos, ou se era preciso um reforço para podermos “atacar” este flagelo.” -----

--- **A Senhora Presidente da CPCJ,** responde: “A Comissão do Funchal comparativamente com as outras Comissões, não pode se queixar, porque temos seis técnicos a tempo inteiro de várias áreas, uma enfermeira, uma professora, uma psicóloga, uma educadora de infância, uma assistente social. Em 2003 só havia um técnico a tempo inteiro e não estavam representadas as entidades todas, houve uma evolução muito boa, porque primeiro as pessoas não sinalizavam, tinham medo, eram mais situações de faltas e por essas faltas às vezes descobríamos muita coisa, no fundo o absentismo escolar escondia muito o que se passava por trás daquela família. Por isso houve uma evolução as pessoas já sinalizam, telefonam, os pais orientados pelo Ministério Público ou por outras pessoas vêm ter connosco para serem orientados antes de decidirem sinalizar. -----

É lógico que o que vier é sempre bom, mas não nos podemos queixar, por exemplo, a Comissão de Santa Cruz tem duas pessoas a tempo inteiro e creio que é a segunda Comissão que tem mais processos neste momento. Agora houve uma evolução, seja

logístico, seja em vários níveis.” -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

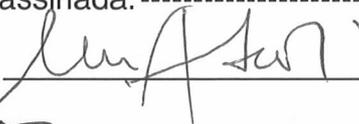
--- O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC, expressou: “Quero agradecer à Dra. Patrícia o excelente trabalho que tem vindo a fazer e enquanto cidadão e deputado desta Casa, também dar os parabéns a todos os membros da Comissão, porque eu sei que esse trabalho muitas vezes é um trabalho gratuito e por isso mesmo devemos agradecer a todos incluindo os elementos representantes desta Casa. -----

O meu muito obrigado.” -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

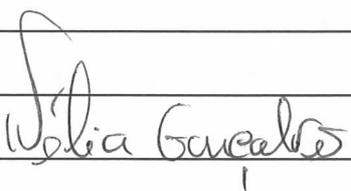
--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.-----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada.-----

--- O Presidente da Assembleia,  -----

--- A Primeira Secretária,  -----

--- O Segundo Secretário,  -----

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica,  -----